

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
Comissão Permanente de Licitação

Portaria nº 456/2022

Pregão Eletrônico nº 60/2022

Objeto: Registro de preço unitário para a aquisição de Estações de Trabalho tipo Desktop.

COMUNICADO 001/2022

Vimos pelo presente informar a alteração do item “2.2.11.1” do Termo de Referência – Anexo I, conforme abaixo:

Onde se lê:

2.2.11.1 Deverá ser de conformação ambidestra, com botões esquerdo, direito e central próprio para rolagem, com tecnologia óptica laser (sem esfera);

Leia-se:

2.2.11.1 Deverá ser de conformação ambidestra, com botões esquerdo, direito e central próprio para rolagem, com tecnologia ***óptica (Led) ou laser (sem esfera)***;

Curitiba, 23 de novembro de 2022.

Atenciosamente,

Julian Velloso Pugh
Pregoeiro



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE ELABORAÇÃO DE EDITAIS

LICITAÇÃO N.º 60/2022
Pregão Eletrônico – Registro de Preços
Protocolo n.º 17.163/2021 (PAD)

ABERTURA DA LICITAÇÃO
DIA 24/11/2022 às 14:00 HORAS

1 - O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (UASG 070019), através dos Pregoeiros designados pela Portaria nº 456/2022, da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE/PR, torna público que fará realizar licitação, na **modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob a forma de REGISTRO DE PREÇOS, tipo menor preço do item**, que será regido pela Lei nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06, Lei nº 11.488/2007, pelos Decretos nº 10.024/2019, nº 7.174/2010, nº 7.892/13 e nº 8.538/15, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93, e por outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, de acordo com o presente edital e anexos.

1.1 - No dia **24 (vinte e quatro) de novembro de 2022, às 14:00 horas**, horário de Brasília-DF, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, do prédio do TRE-PR, sito na Rua João Parolin nº 224, Bairro Parolin, Curitiba-PR, será feita a abertura do certame, **exclusivamente por meio de sistema eletrônico** do Governo Federal que promove a comunicação pela Internet (*Comprasnet* - www.comprasgovernamentais.gov.br).

1.2 - Integram este edital, independente de transcrição, **o Termo de Referência - Anexo I, a Ata de Registro de Preços – Anexo II, a Especificação Técnica Mínima de Bens - Anexo III, a Planilha de Atributos Dos Bens (Estação de Trabalho) – Anexo IV, a Planilha de Atributos dos Bens (Monitor) – Anexo V e Minuta de Contrato – Anexo VI.**

2 - DO OBJETO

2.1 - A presente licitação destina-se à escolha da melhor proposta de preço unitário para a **aquisição de Estações de Trabalho tipo Desktop**, visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência - Anexo I.

3 - DO CREDENCIAMENTO ESPECÍFICO PARA O PREGÃO ELETRÔNICO

3.1 - Poderão participar deste certame as empresas que atenderem às condições deste edital, inclusive quanto à documentação, e estiverem devidamente credenciadas no sistema Comprasnet, cujo gerenciamento (órgão provedor do sistema eletrônico) é feito pelo Ministério da Economia.

3.1.1 - A licitante deverá manter seus dados (e-mail e telefone para contato) rigorosamente atualizados.

3.2 - Somente poderão participar desta licitação pessoas jurídicas legalmente estabelecidas no País, cujo objeto social expresso no estatuto ou contrato social especifique atividade pertinente e compatível com o objeto da presente licitação e que atendam às condições deste edital, desde que não estejam cumprindo as sanções previstas nos seguintes dispositivos legais:

- a) Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- b) Inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93, quando aplicada por este Tribunal;
- c) Inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

3.2.1 - As condições exigidas no item 3.2 serão verificadas pelo Pregoeiro em conjunto com a documentação de habilitação.

3.3 - Não poderão participar desta licitação empresas que tenham em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação (art. 2º, inc. VI, da Resolução nº 07, de 18/10/2005, incluído pela Resolução nº 229, de 22/06/2016, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

3.3.1 - A proibição constante do item 3.3 se estende até 06 (seis) meses, contados da abertura da licitação, após a desincompatibilização do magistrado ou servidor gerador da incompatibilidade (art. 2º, § 3º, da Resolução nº 07, de 18/10/2005, incluído pela Resolução nº 229, de 22/06/2016, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

3.4 - A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada por este Tribunal, quando, no caso concreto, seja identificado risco potencial de contaminação do processo licitatório (art. 2º, § 4º, da Resolução nº 07, de 18/10/2005, incluído pela Resolução nº 229, de 22/06/2016, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

3.5 - A licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do presente edital, em campo próprio do sistema eletrônico, como requisito para participação no Pregão Eletrônico.

3.5.1 - Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico ou de eventual desconexão. O

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná não será responsável, em nenhum caso, pelos custos de tais procedimentos.

3.6 - A licitante deverá estar inscrita no sistema eletrônico *Comprasnet*, no site www.comprasgovernamentais.gov.br.

3.6.1 - O credenciamento far-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.6.2 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.7 - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.8 - Ao participar de processo licitatório, o representante legal da LICITANTE, titular de dados pessoais, está ciente de que, para a execução do objeto deste contrato, a CONTRATANTE terá acesso aos seus dados, tais como: número de documentos, endereço eletrônico, cópias de documentos de identificação, bem como, que os referidos dados serão tratados pela Administração, conforme autorização legal prevista na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 – Art. 7º, inciso II

4 - ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS¹ E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 - A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, **no valor unitário do item**, bem como dos documentos de habilitação informados neste edital, caso haja, a partir da divulgação do edital até a data e hora da abertura da Sessão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**.

4.1.1 - As licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no SICAF.

4.1.2 - A licitante, no momento do cadastramento da proposta, deverá obrigatoriamente fazer constar a marca do produto, bem como o modelo (referência da linha de fabricação), se houver (no campo da descrição complementar), vez que diversos fabricantes possuem mais de uma linha, com um diferencial de qualidade e especificação da matéria prima utilizada.

4.1.3 - A licitante deverá encaminhar, também, as seguintes informações cadastrais através do sistema, em documento eletrônico próprio (anexo),

¹ A licitante deverá **analisar detalhadamente** o edital (e anexos) para formular proposta/lance firme e possível de cumprimento, tendo em vista o Acórdão TCU nº 754-2015 – Plenário, que determinou instauração de processo com vistas à penalização das empresas que pratiquem, injustificadamente, ato ilegal tipificado no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 na licitação.

sendo vedado o seu envio no campo da descrição detalhada do objeto, sob pena de desclassificação em razão da identificação da proposta antes dos lances:

- a) Nome do representante legal que assinará o contrato:.....
- b) Cargo que ocupa:
- c) Telefone fixo:
- d) Telefone celular:.....
- e) E-mail:
- f) Endereço completo (com CEP) para fins de faturamento:
- g) Endereço completo (com CEP) para fins de envio de correspondência:

4.1.4 - Até a abertura da Sessão Pública as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

4.2 - A licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a Sessão Pública.

4.3 - Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

4.4 - O valor unitário máximo aceitável é de R\$ 6.371,25 (seis mil, trezentos e setenta e um reais e vinte e cinco centavos).

4.4.1 - As propostas deverão ser apresentadas pelo valor unitário do item, sendo que aquelas selecionadas ficarão à disposição da Administração, que se valerá dos preços registrados para a aquisição dos produtos.

4.5 – A quantidade ofertada na proposta deverá corresponder ao quantitativo total estimado para o item, conforme o item 2.1.1 do Termo de Referência.

4.6 - Os preços propostos deverão ser finais, acrescidos de todas as despesas (fretes, impostos, taxas, etc.) e conter somente duas casas decimais, não sendo admitidos valores simbólicos, irrisórios ou iguais a zero, ensejando a desclassificação.

4.6.1 - O CNPJ cadastrado no sistema *Comprasnet*, para fins de participação no certame, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais/faturas para posterior pagamento.

4.6.1.1 - Caso a licitante vencedora não possa emitir as notas fiscais/faturas com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo através de outra unidade (matriz ou filial) da mesma empresa. Nesse caso, ambos os CNPJs deverão estar com a documentação fiscal regular.

4.7 - Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas ou anexos não solicitados, considerando-se que, pelo preço proposto, a empresa obrigar-se-á ao fornecimento descrito neste edital.

4.8 - As propostas terão eficácia por 90 (noventa) dias, de acordo com o

art. 6º da Lei nº 10.520/02, e a vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados da data registrada no SIASG.

4.9 - Em razão do descritivo do Sistema *Comprasnet* (também reproduzido no documento “Relação de Itens”) não possuir o mesmo nível de detalhamento do objeto do certame, as propostas deverão atender às especificações dispostas no descritivo constante do Termo de Referência (Anexo I) deste edital.

4.10 - Será solicitado, nesta fase, o envio eletrônico das declarações de inexistência de fato superveniente referente à habilitação, quanto a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, de cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, com atendimento às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 e declaração de atendimento aos requisitos legais estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar 123/06 para microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa², se for o caso (conforme item 10.3 “a”).

4.11 - Para efeito do exercício do direito de preferência estabelecido no Decreto nº 7.174/10, os fornecedores dos bens e serviços de informática e automação deverão, no momento da apresentação da proposta, via *Comprasnet*, apresentar declaração, sob as penas da lei, de que atendem aos requisitos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 5º do mencionado Decreto (conforme item 10.3 “b”).

4.12 - As declarações citadas nos itens acima somente serão visualizadas pelo Pregoeiro na fase de habilitação.

5 - DA ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO PÚBLICA

5.1 - O Pregoeiro iniciará a Sessão Pública na data e horário previstos neste edital, via sistema eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, no prazo avençado, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações detalhadas no presente edital.

6 - DA CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS

6.1 - Após a abertura da Sessão, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente e registrando no sistema, aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2 - Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

6.3 – Alternativamente, a critério do Pregoeiro, a Sala de Disputa poderá ser configurada para a seleção automática das propostas, hipótese em que todas as propostas participarão automaticamente da fase de lances.

² art. 34 da Lei nº 11.488/2007.

7 - DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 - A partir do início da Sessão Pública, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário do registro e valor.

7.1.1 - Os lances serão ofertados pelo valor **UNITÁRIO** do item.

7.2 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

7.2.1 - A licitante só poderá ofertar lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores de R\$ 50,00 (cinquenta reais) entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

7.3 - Em havendo dois ou mais lances de igual valor, prevalecerá o lance que for registrado em primeiro lugar.

7.4 - No transcurso da Sessão Pública as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado.

7.5 - Nesta fase o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance de valor considerado inexequível.

7.6 – Para o envio de lances será adotado o **modo de disputa aberto**, descrito a seguir:

7.6.1 - A etapa de envio de lances durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da Sessão Pública.

7.6.2 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá, sucessivamente, sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.6.3 - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no item 7.6.1, a Sessão Pública será encerrada automaticamente

7.6.4 - Encerrada a Sessão Pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no item 7.6.2, o Pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

7.7 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.7.1 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente decorridas 24

(vinte e quatro) horas após a comunicação expressa aos participantes.

7.8 - Não se admitirá proposta que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, ensejando a desclassificação.

7.9 - Os preços apresentados deverão ser compatíveis com a conjuntura do mercado, sendo que a apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste edital.

8 - DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1 - Encerrada a etapa de envio de lances da Sessão Pública, o Pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

8.2 - Caso haja propostas apresentadas por microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas, iguais ou até 5% superiores à proposta detentora do melhor lance e não sendo esta ME, EPP ou cooperativa, será assegurada preferência de contratação, respeitado o que segue:

- a) A microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa melhor classificada, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela detentora do melhor lance, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento dos lances, controlados pelo sistema, sob pena de preclusão.
- b) Caso o lance ofertado, conforme condições do item acima, seja inferior ao menor lance original, o objeto será adjudicado em favor da microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, se habilitada.
- c) Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME, EPP ou cooperativas que se enquadrem na condição prevista, na ordem classificatória, para a manifestação do mesmo direito.
- d) Caso o empate persista até o encerramento do item, o Sistema fará um sorteio eletrônico entre os fornecedores envolvidos, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final de desempate.

8.2.1 - Na hipótese de nenhuma empresa classificada exercer o direito de preferência, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, conforme item 8.3 e seguintes

8.3 - Após a etapa de lances será aplicado o direito de preferência na contratação contido no Decreto 7.174/10, conforme cadastramento da proposta no sistema Comprasnet.

8.3.1 - Será assegurada preferência na contratação para fornecedores de bens e serviços de informática e automação, observada a seguinte ordem:

- a) bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal.
- b) bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País.
- c) bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal.

8.3.1.1 - As microempresas e empresas de pequeno porte que atendam ao disposto nas alíneas anteriores terão prioridade no exercício do direito de preferência em relação às médias e grandes empresas enquadradas na mesma alínea.

8.3.2 - O direito de preferência na contratação abrangerá as licitantes cujas propostas finais estejam situadas até 10% (dez por cento) acima da proposta detentora do melhor lance.

8.3.2.1 - Serão convocadas, pelo *Comprasnet*, as licitantes que estejam enquadradas na alínea “a” do item 8.2.1, na ordem de classificação, para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarada vencedora do certame.

8.3.2.2 - Caso a preferência não seja exercida na forma do item 8.3.2.1, por qualquer motivo, o sistema convocará automaticamente as empresas classificadas que estejam enquadradas na alínea “b” do item 8.2, na ordem de classificação para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para a alínea “c” do item 8.2, caso esse direito não seja exercido.

8.3.2.3 – Na hipótese de empate de preços entre licitantes que se encontrem na mesma ordem de classificação, o sistema procederá ao sorteio para escolha do primeiro que poderá ofertar nova proposta.

8.3.3 - Após a convocação, através do *Comprasnet*, para o exercício do direito de preferência, a licitante terá o prazo de 5 (cinco) minutos para resposta, sob pena de preclusão do seu direito de preferência.

8.3.4 - Para os efeitos do Decreto nº 7.174/10, consideram-se bens e serviços de informática e automação com tecnologia desenvolvida no País aqueles cujo efetivo desenvolvimento local seja comprovado junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia, na forma por este regulamentada.

8.3.5 - Na hipótese de nenhuma empresa classificada exercer o direito de preferência, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, conforme itens abaixo.

8.4 - O Pregoeiro efetuará a aceitação, classificando a proposta de **MENOR PREÇO UNITÁRIO DO ITEM**.

8.4.1 – Não será aceita proposta cujo quantitativo ofertado seja inferior ao estabelecido no item 2.1.1 do Termo de Referência.

8.4.2 - Para a aceitação da proposta, a licitante deverá atentar para o fato de que todos os valores deverão **conter, OBRIGATORIAMENTE, apenas duas casas decimais**.

8.4.3 - Caso a proposta da licitante não contenha apenas duas casas decimais, o Pregoeiro efetuará a referida adequação.

8.5 - A aceitação da proposta classificada ficará vinculada à aprovação da amostra, conforme descrito no item 9 deste edital.

8.5.1 – Para análise da amostra o certame será suspenso.

8.5.2 - A não apresentação ou não aprovação da amostra (da licitante classificada em primeiro lugar), independentemente das sanções legais, ensejará sua desclassificação e a convocação da 2ª classificada para a mesma apresentação e assim sucessivamente.

8.6 - Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito, ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do **menor preço unitário do item** e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

8.6.1 - Ocorrendo a hipótese anterior, o Pregoeiro poderá ainda negociar com a licitante, no sentido de se obter melhor preço.

8.7 – Serão desclassificadas as propostas de preços que:

a) não atenderem às exigências deste edital;

b) apresentarem, após a fase de lances ou negociação, valores superiores aos estabelecidos para a presente contratação ou preços manifestadamente inexequíveis.

8.7.1 – Considerar-se-ão preços manifestamente inexequíveis, de que trata o item anterior, aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

8.7.2 – Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.

9 - DAS AMOSTRAS

9.1 - A licitante com proposta classificada em primeiro lugar deverá apresentar amostra no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após o encerramento da etapa de lances, **independente de notificação**. Este prazo encerra-se às 19h do último dia do prazo aqui estabelecido.

9.2 – A amostra deverá ser encaminhada ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – Seção de Gestão de Equipamentos de Microinformática (SGEM) – situado à Rua João Parolin, 224, bairro Prado Velho – Curitiba – PR, contato pelo telefone (41) 3330 – 8303, no horário compreendido entre 12h e 18h.

9.3 - A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome da licitante, número do pregão e dispor na embalagem as informações quanto às suas características (no que couber), tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, marca, referência, código do produto e modelo. Deverão ser entregues, ainda, juntamente com a amostra, os documentos comprobatórios do atendimento às características solicitadas de todos os componentes internos e externos que a integrem: prospecto com as características técnicas do equipamento, incluindo especificação de marca, modelo, e outros elementos que de forma inequívoca identifiquem

e comprovem as configurações cotadas, através de certificados, manuais técnicos, folders e demais literaturas técnicas editadas pelos fabricantes, além do sítio do fabricante do mesmo na Rede Mundial de Computadores, nos moldes das informações constantes no anexo III, o qual deverá estar corretamente preenchido e, sem qual, a análise da amostra será, sequer, considerada.

9.3.1 - Serão aceitas cópias das especificações obtidas em sítios dos fabricantes na internet, desde que conste o respectivo endereço eletrônico. A escolha do material a ser utilizado fica a critério do proponente.

9.4 - O equipamento a ser testado deverá possuir todos os componentes e as mesmas características do equipamento ofertado no edital, sendo aceitos componentes e especificações superiores, conforme item 5.5 do Termo de Referência – Anexo I.

9.5 - Deverão ser apresentadas, no momento da entrega da amostra, todas as certificações, informações e comprovações solicitadas nos itens 2.2.7.13; 2.2.7.14; 2.2.8.10; 2.2.8.11; 2.2.8.12; 2.2.12.1; 2.2.12.2; 2.2.12.3; 2.2.12.5; 2.2.12.6; 3.1; 3.4; 5.4 e 6.2 do Termo de Referência – Anexo I.

9.6 – A amostra será analisada pela Comissão Técnica a ser instituída pela Secretaria de Tecnologia da Informação com vistas a comprovar o atendimento às especificações solicitadas no Termo de Referência – Anexo I, de acordo com a documentação entregue junto com a amostra. Caso alguma informação sobre uma característica solicitada não seja encontrada no material enviado pelo licitante junto com a amostra, a mesma deverá indicar onde essa informação poderá ser encontrada, dentro do prazo dado pelo pregoeiro para a reabertura dos trabalhos.

9.7 - Caso a amostra do primeiro classificado não seja aprovada, será convocado o segundo classificado para encaminhar a sua amostra no mesmo prazo previsto na cláusula 9.1, e assim sucessivamente, até se obter uma amostra que atenda às características e especificações solicitadas (Termo de Referência – Anexo I).

9.8 - Caso a amostra seja recusada, o licitante deverá providenciar o seu recolhimento no prazo máximo de 30 (trinta) dias, ao fim dos quais a amostra não retirada será incluída em processo de doação.

9.9 - Caso a amostra seja aceita, e desde que a aquisição do 1º lote ocorra em até 30 (trinta) dias da homologação do certame, ela ficará de posse do TRE e integrará o lote total adquirido. Se a aquisição não ocorrer nesses 30 (trinta) dias, ao final desse período o fornecedor deverá proceder ao recolhimento da amostra sob pena de ser incluída em processo de doação.

10 - DA HABILITAÇÃO

10.1 – Em conjunto com o exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, conforme disposto no item **3.2.1**, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1 - SICAF;

10.1.2 - Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica - Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

10.1.3 - Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.2 - Para habilitação na presente licitação, a licitante deverá estar cadastrada no SICAF, com a documentação regularizada, comprovando regularidade para com a Fazenda Federal, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Justiça do Trabalho, nos termos do artigo 29 da Lei nº 8.666/93, sendo que a comprovação desta habilitação será obtida on line pelo Pregoeiro, que verificará a validade dos documentos.

10.2.1 - Caso conste no cadastro do SICAF algum documento habilitatório com data de validade expirada, o Pregoeiro poderá consultar o documento da licitante vencedora nas páginas (sítios) das entidades responsáveis pelo referido tributo.

10.2.1.1 – Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente por meio do sítio oficial, ou na hipótese de ela se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a anexar, em campo próprio do Sistema *Comprasnet*, no prazo de 02 (duas) horas a contar da solicitação, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação³.

10.2.2 – Para as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Pública, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.2.2.1 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

10.2.3 - No caso de sociedades cooperativas deverão ser apresentados, ainda:

- a) ata de fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- f) ata da sessão em que os cooperados autorizam a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- g) relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos para a contratação e execução do contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto no inciso XI do

³ Conforme IN 03/2018 SICAF.

- art.4º, inciso I do art. 21 e §§ 2º a 6º do art. 42 da Lei nº 5.764 de 1971;
- h) a declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI) de cada um dos cooperados relacionados;
 - i) a comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
 - j) o registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
 - k) a comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
 - l) a comprovação do envio do Balanço Geral e o Relatório do Exercício Social ao órgão de controle, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764 de 1.971

10.3 - Além do cadastro no SICAF, exigir-se-á das licitantes:

a) as declarações de inexistência de fato superveniente referente à habilitação, do cumprimento ao disposto no artigo 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal, quanto a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos e declaração de atendimento aos requisitos legais para a qualificação como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa⁴, se for o caso, a declaração de atendimento aos requisitos estabelecidos no Decreto nº 7.174/2010 e declaração de cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, com atendimento às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (tal exigência será feita no momento da elaboração e envio da proposta, por meio eletrônico, conforme item 4.10).

b) A documentação relativa à comprovação do atendimento aos requisitos mencionados no item 4.11 (direito de preferência advindo do Decreto nº 7.174/10), se for o caso - expedida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal) ou pela Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

10.4 - Os documentos complementares à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, deverão ser encaminhados em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.

10.5 - Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, o Pregoeiro considerará a licitante inabilitada, a qual poderá sofrer as sanções cabíveis.

10.6 - Após a homologação correspondente, os preços serão registrados para futura utilização pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

10.7 - Os demais procedimentos da fase externa do Pregão correrão conforme o disposto na Lei nº10.520, artigo 4º e seus incisos.

11 - DA POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DE PREÇOS E FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

⁴ Art. 34 da Lei nº 11.488/2007

11.1 – O Cadastro de Reserva será formado através do registro das licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos da licitante vencedora, para futura contratação, no caso da impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da Ata, atendendo ao disposto no art. 11 do Decreto nº 7.892/2013.

11.1.1 – A convocação para formação do Cadastro de Reserva será feita através de *email*, gerado pelo próprio Sistema *Comprasnet*.

11.1.2 – Ao final do processo, o referido Cadastro de Reserva poderá ser visualizado na consulta pública de visualização da Ata, juntamente com as demais informações como “Resultado por Fornecedor”, “Declarações”, “Termo de Homologação”, etc.

11.2 - A apresentação de novas propostas na forma do item 11.1 não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante melhor classificada.

11.3 - Quando houver a necessidade de contratação, serão observados os procedimentos de aceitabilidade das propostas bem como avaliadas as condições de habilitação das licitantes, conforme itens 8, 9 e 10 deste edital.

12 - DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

12.1. – O prazo para envio de pedidos de esclarecimentos é de até 03 (três) dias úteis anteriores à data da abertura da Sessão.

12.2 – O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido.

12.3 – As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

12.4 - Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da Sessão Pública, qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital, por meio eletrônico, pelo *e-mail* cpl@tre-pr.jus.br sendo necessário que o arquivo seja encaminhado na extensão “.doc”, possibilitando a inserção no sistema *Comprasnet* pelo Pregoeiro.

13 - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 - Após a homologação, o gestor da contratação convocará a licitante vencedora para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação.

13.1.1 - O prazo para a assinatura estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado e aceito por este Tribunal.

13.2 - No caso da licitante vencedora, bem como as licitantes que reduziram seus preços, nos termos do item 11, após convocadas, não comparecerem ou se recusarem a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das punições previstas neste Edital e seus Anexos, a Administração poderá convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições.

13.3 - A Ata de Registro de Preços terá efeito de compromisso de

fornecimento nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

13.4 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, não cabendo direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se, ao beneficiário do registro, preferência em igualdade de condições.

13.5 - Observados os critérios e condições estabelecidas no presente edital, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração, observadas as condições do edital e o preço registrado.

13.6 – Poderá ser autorizada a utilização da Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes, nos termos previstos no Decreto nº 7.892, de 23/01/2013, bem como no Anexo II (Ata de Registro de Preços) deste edital.

14 - DA ATA COMPLEMENTAR

14.1 - Na hipótese de a empresa vencedora ou aquelas que aceitaram reduzir seus preços, após cumprido o contido no item 11.1, não assinarem a Ata de Registro de Preços será possível, mediante a geração de Ata Complementar, a aplicação do procedimento previsto no parágrafo único do art. 13 do Decreto nº 7.892/2013.

14.2 - As empresa citadas acima, inadimplentes, não estarão isentas das penalidades previstas no edital.

15 - DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

15.1 - A despesa com a presente licitação correrá à conta dos elementos que serão especificados quando da solicitação dos itens.

15.2 - Uma vez homologado/adjudicado o item à empresa vencedora, solicitado pelo gestor da Ata e devidamente autorizado pela Diretoria Geral, a Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, procederá a emissão da NOTA DE EMPENHO.

15.3 - Após cumprimento, pela empresa vencedora, ao estabelecido no item 15.2.1 (acima), a TRE-PR (Seção de Contratos) convocará a empresa vencedora para assinar o Contrato, concedendo-lhe o prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da intimação do ato, sob pena de decair o direito à contratação, independentemente das penalidades cabíveis.

16 - DO PAGAMENTO

16.1 – Conforme especificações constantes na minuta do contrato (Anexo VI).

17 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 – Durante a fase externa da licitação⁵, os licitantes estarão sujeitos à(s) penalidade(s) prevista(s) no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, que dispõe que: *“quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.”*

17.2 - As licitantes que praticarem as seguintes condutas, injustificadamente, estarão sujeitas à sanção de impedimento de licitar e contratar com a União, citada no item anterior, pelo prazo a seguir fixado:

- a) Solicitar a desclassificação de sua proposta, após a etapa de lances: 01 (um) mês;
- b) Deixar de entregar documentos exigidos na fase de aceitação da proposta: 02 (dois) meses;
- c) Deixar de entregar documentos durante a fase de habilitação: 03 (três) meses;
- d) Deixar de apresentar amostra: 04 (quatro) meses.

17.2.1 - Poderá ser aplicada a penalidade de advertência às faltas leves, de menor gravidade, que não acarretarem prejuízo de monta ao interesse do serviço.

17.3 - Nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02, fica a licitante vencedora sujeita às penalidades previstas na minuta do contrato (anexo VI deste edital).

17.4 - Pela recusa em assinar a Ata de Registro de Preços ou o instrumento contratual, a licitante vencedora estará sujeita à aplicação de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total homologado.

17.5 - As multas imputadas à Contratada cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia⁶ e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo IGP-M ou outro índice que por ventura venha a substituí-lo.

17.6 - A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficazes as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores – SICAF.

18 - DOS RECURSOS

18.1 - Das decisões proferidas pelo Pregoeiro, caberão recursos nos termos do artigo 44 e parágrafos do Decreto nº 10.024/2019.

⁵ Conforme entendimento firmado pelo TCU, no Acórdão nº 754/2015 – Plenário.

⁶ Portaria nº 75 do Ministério da Fazenda (atual Ministério da Economia), publicada em 22/03/2012 – artigo 1.º, inciso I.

18.2 - A empresa licitante poderá apresentar razões do recurso no prazo de 3 (três) dias, no momento da divulgação do vencedor desde que manifestado imediata e motivadamente a intenção de recorrer, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos, na Sala de Licitações do prédio do TRE/PR.

18.2.1 - Os procedimentos citados no item anterior serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico.

18.3 - A falta de manifestação imediata e motivada importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

18.4 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.5 - Os recursos administrativos correspondentes à fase contratual correrão de acordo com os procedimentos especificados no artigo 109 da lei nº 8.666/93.

19 - DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 – O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, o sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, nos termos do art. 47 do Decreto 10.024/2019.

19.2 - Para efeito de envio de documentos a serem inseridos no sistema *Comprasnet*, considera-se o horário das 12h às 18h.

19.3 - No caso de processo administrativo e durante o seu transcurso, as notificações às empresas poderão ser efetivadas por meio eletrônico, tais como e-mail ou aplicativo *Whatsapp*, presumindo-se eficaz a sua realização com o aviso de confirmação de recebimento do documento.

19.4 - Este Tribunal reserva-se o direito de optar pela adjudicação à empresa colocada em segundo lugar, e assim, sucessivamente, se a primeira colocada não apresentar os documentos exigidos ou não atender as qualificações do presente edital, sujeitando-se a empresa recusante às penalidades legais cabíveis.

19.5 - O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná poderá anular ou revogar a presente licitação, no todo ou em parte, conforme previsto em lei.

20 - INFORMAÇÕES

20.1 - Será possível a realização do *download* de todos os arquivos pertinentes a este edital através da internet, *home page*: www.tre-pr.jus.br.

20.2 - Outras informações e esclarecimentos relativos à licitação e condições poderão ser obtidos na Rua João Parolin nº 224, Sala da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda:

➤ Pregoeiro/Equipe de Apoio: pelo telefone (41) 3330-8741 ou e-mail cpl@tre-pr.jus.br.

- Seção de Elaboração de Editais: pelos telefones (41) 3330-8753 / 3330-8598 / 3072-4796, ou e-mail seled@tre-pr.ius.br.

20.2.1 - O horário para atendimento é de segunda a sexta-feira das 12h às 18hs.

Curitiba, 09 de novembro de 2022.

Julian Veloso Pugh
Pregoeiro

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 DO OBJETO

Registro de Preços para aquisição de estações de trabalho - Desktop, conforme características e especificações constantes deste Termo de Referência.

2 DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTITATIVOS

2.1 DO QUANTITATIVO:

2.1.1 Poderão ser adquiridas até 1200 (um mil e duzentas) estações de trabalho - Desktop.

2.1.1.1 Está prevista a aquisição imediata de 500 (quinhentas) unidades.

2.1.1.2 As quantidades previstas no presente Termo de Referência são estimativas máximas para o período de 12 (doze) meses, com entrega conforme cada solicitação, sendo certo que este Tribunal se reserva o direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral, ou NÃO adquirir o item.

2.2 DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS:

2.2.1 REQUISITOS DO PROCESSADOR (CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS):

2.2.1.1 Com arquitetura x86 (AMD Ryzen™ 3 ou Intel Core I3) ou superior, com suporte a 32 e 64 bits. Utilização de sistemas operacionais de 64 bits e controlador de memória;

2.2.1.2 Deverá possuir no mínimo 4 (quatro) núcleos físicos de processamento e 8 threads;

2.2.1.3 Possuir instruções que implementem extensões de virtualização;

2.2.1.4 TDP (Thermal Design Power) máximo ou PBP (Processor Base Power) máximo: 35w;

2.2.1.5 Suporte AES (Advanced Encryption Standard) para criptografia de dados, ou superior;

2.2.1.6 O modelo do processador ofertado deverá ser compatível com os sistemas operacionais exigidos no Termo de Referência, estar em linha de produção

pelo fabricante e ter sido lançado a partir de julho de 2020, inclusive. Não serão aceitos processadores descontinuados.

- 2.2.1.7 Deve possuir sistema de dissipação de calor dimensionado para a correta refrigeração do processador quando o computador estiver operando em sua capacidade máxima (utilização da CPU em 100%), pelo período de 8 (oito) horas diárias consecutivas e num ambiente externo ao equipamento sem refrigeração.

2.2.2 REQUISITOS DA MEMÓRIA RAM (CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS):

- 2.2.2.1 Possuir memória DDR4 SDRAM;
- 2.2.2.2 Deve possuir, no mínimo, 8 (oito) Gigabytes de memória RAM, DDR4 SDRAM ou tecnologia superior;
- 2.2.2.3 Caso estejam instalados dois módulos, estes devem operar em dual channel;
- 2.2.2.4 Velocidade de no mínimo 3.200 MHz;

2.2.3 REQUISITOS DA PLACA MÃE (CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS):

- 2.2.3.1 Deverá possuir, no mínimo, 6 (seis) portas USB, sendo ao menos 4 (três) na porta traseira do gabinete, das quais no mínimo 2 (duas) devem ser do tipo USB 3.2 ou superior, e ao menos 2 (duas) localizadas na parte frontal do gabinete, podendo ser uma do tipo USB-C. Não sendo aceitos hub externo;
- 2.2.3.2 Deverá possuir 1 (uma) interface de rede padrão Ethernet, compatível com Gigabit Ethernet 10/100/1000 Mbps, possibilitando o chaveamento de velocidade de 10Mbps/100Mbps/1000Mbps, sem a necessidade de software/hardware adicionais, com no mínimo, 1 (um) conector RJ-45, led indicador de status, suportando o modo de operação "Full Duplex", auto-sense, integrada à placa-mãe ou em uma placa instalada em conector (slot) PCI-E, possuindo WOL (*wake on lan*), totalmente compatível com os padrões Ethernet IEEE 802.2 e 802.3 e suporte ao protocolo SNMP;
- 2.2.3.3 Deverá possuir 1 (uma) interface de rede wireless padrão 802.11 AX b/g/n e ac, compatível com Wifi 6. Não serão aceitas soluções externas. Deverá ser entregue junto à proposta cópia do certificado de homologação pela Anatel;
- 2.2.3.4 Monitoração das velocidades dos coolers do processador e do sistema, das temperaturas do processador e da tensão utilizada pela fonte do computador;

- 2.2.3.5 Deverá possuir controladora de som estéreo, com conectores para mic in e line out na parte frontal do gabinete, separados ou disponíveis em interface combinada, na função combo ;
- 2.2.3.6 Deverá possuir chip de segurança TPM (Trusted Platform Module), versão 2.0 ou superior, integrado à placa principal. Deverá acompanhar software para implantação e utilização de todos os recursos de segurança;
- 2.2.3.7 Sistema de detecção de intrusão de chassis, com acionador instalado no gabinete que permita a detecção de abertura ainda que o equipamento esteja desconectado da fonte de energia;
- 2.2.3.8 Deve permitir que as memórias operem em dual channel;
- 2.2.3.9 Deverá possuir capacidade de expansão da memória a, no mínimo, 64 GB.
- 2.2.3.10 Deverá permitir a inicialização (boot) do computador a partir de dispositivos de armazenamento (pen drive, disco externo) conectados a uma porta USB;
- 2.2.3.11 Suporte a gerenciamento de energia EnergyStar EPA, APM/ACPI BIOS v1.0 ou superior;
- 2.2.3.12 Suporte aos padrões de gerenciamento WMI (Windows Management Instrumentation);
- 2.2.3.13 Capacidade de inventário remoto de hardware de maneira in-band (com sistema operacional operante) ou out-of-band capturáveis por aplicação de inventário.

2.2.4 REQUISITOS DA BIOS:

- 2.2.4.1 A BIOS deverá ser desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ou esse com direitos (*copyright*) sobre a BIOS. Serão aceitas soluções em regime de O&M ou personalizadas, desde que o fabricante possua direitos totais (*copyright*) sobre a BIOS. As atualizações, quando necessárias, deverão ser disponibilizadas no sítio do fabricante;
- 2.2.4.2 BIOS deve estar em conformidade com a normativa NIST 800-193, para garantir a detecção, proteção e, se necessário, a recuperação da BIOS e/ou, estar em conformidade com a normativa NIST 800-147 ou ISO/IEC 19678, baseado nos padrões de mercado, de maneira a usar métodos de criptografia robusta para verificar a integridade da BIOS antes de passar o controle de execução à mesma;

- 2.2.4.3 Deverá possuir controle de permissões de acesso através de senhas, sendo no mínimo uma para inicializar o computador e outra para os recursos de administração da BIOS (*Power On e Setup* respectivamente);
- 2.2.4.4 Deverá ser em flash atualizável por *software*. Os aplicativos de software destinados à atualização e reprogramação do BIOS deverão estar devidamente licenciados para o equipamento e disponíveis para download no *website* do fabricante do equipamento;
- 2.2.4.5 A BIOS deve ser compatível com os padrões *UEFI, ACPI 2.0 e Plug-and-Play*;
- 2.2.4.6 Deverá possuir o número de série do equipamento na BIOS e um campo editável que permita a inserção do número de patrimônio do equipamento, com pelo menos 10 caracteres. A licitante deverá entregar a relação dos patrimônios com seu respectivo número de série bem como a fixação da etiqueta de patrimônio fornecida pelo TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ no gabinete do equipamento;
- 2.2.4.7 Deverá possuir sistema de controle de intrusão, compatível com o sensor de intrusão do gabinete;
- 2.2.4.8 Capacidade de desligamento do vídeo e do disco rígido após tempo determinado pelo usuário, e religamento por acionamento de teclado ou pela movimentação do mouse (função *suspend, sleep ou standby*);
- 2.2.4.9 Deve dispor de ferramenta de diagnóstico de saúde do hardware para, no mínimo, processador, memória, portas USB e HDD, com execução independente do sistema operacional. Esta ferramenta deve ser apresentada através de interface gráfica e manipulável utilizando teclado e mouse;
- 2.2.4.10 Deve possuir suporte à tecnologia de previsão/contingenciamento de falhas de disco rígido S.M.A.R.T (*Self-Monitoring, Analysis and Reporting Technology*). O suporte ao S.M.A.R.T deve estar, por padrão, habilitado no BIOS;
- 2.2.4.11 Deverá ser gerenciável remotamente, assumindo-se que possam estar desligados, porém energizados pela rede elétrica e conectados localmente a rede de dados;
- 2.2.4.12 Deverá permitir ligar e desligar o micro remotamente, com controle de acesso, em horários programados;
- 2.2.4.13 Deve permitir salvar as configurações da BIOS em um arquivo e carregá-las em outros equipamentos (de forma individual e de forma massiva) do mesmo modelo, estando este com senha configurada na BIOS ou não, facilitando assim a aplicação automatizada de configurações e políticas de segurança;

2.2.4.14 Deve ser entregue solução que seja capaz de apagar os dados contidos nas unidades de armazenamento como HDD, SSD ou SSHD em conformidade com a NIST SP800-88, acessível pela BIOS;

2.2.4.15 Permitir iniciar o microcomputador a partir de uma imagem “.ISO” e/ou “.IMG” via dispositivos de armazenamento USB (pendrive).

2.2.5 REQUISITOS DE ARMAZENAMENTO:

2.2.5.1 Unidade de armazenamento de estado sólido SSD (SolidState Drive) interna, com tecnologia NVMe;

2.2.5.2 Utilização de padrão NVMe com interface PCI express e taxa de no mínimo 2.000MB/s para leitura e 1.000MB/s para escrita, comprovado por documentação técnica ou declaração oficial;

2.2.5.3 Capacidade nominal de armazenamento em SSD (mínimo) de 256GB.

2.2.6 REQUISITOS DE VÍDEO:

2.2.6.1 Suporte para utilização de no mínimo 3 (três) monitores simultaneamente, deverá possuir o recurso de utilização de imagem clone ou área de trabalho estendida;

2.2.6.2 Deverá suportar resolução de 1920 x 1080 pixels a 24 bits, simultaneamente em todas as saídas de vídeo, com suporte a Directx 12 e OpenGL 4,5, ou versões superiores;

2.2.6.3 Suporte a alocação e fornecimento de memória mínima de 1 GB;

2.2.6.4 Suporte mínimo de 16 milhões de cores;

2.2.6.5 Deverá possuir, no mínimo, 3 (três) conexões externas, sendo: 2 (duas) digitais do tipo HDMI e/ou Display Port e 1 (um) analógico do tipo VGA (DB15). Será aceito 1 (um) adaptador com saída HDMI/DP/VGA, desde que, permaneçam livres, pelo menos, 2 (conexões) HDMI e/ou Display Port. Deverão ser compatíveis com os conectores e cabos do monitor ofertado.

2.2.7 REQUISITOS DE MONITOR:

2.2.7.1 Deverá possuir tela 100% plana de LED ou superior de, no mínimo, 23", padrão *widescreen* (16:9) ou superior;

- 2.2.7.2 Deverá possuir, no mínimo, brilho de 250 cd/m², contraste de 1000:1 típico, ângulo de visão de no mínimo 160° (horizontal e vertical);
- 2.2.7.3 Deverá suportar resolução de 1920 x 1080 pixels a 60Hz;
- 2.2.7.4 Deverá suportar, no mínimo, 16 milhões de cores;
- 2.2.7.5 Deverá possuir pelo menos 2 conectores digitais (HDMI e/ou *Display Port* ou superior) e 1 analógico (VGA);
- 2.2.7.6 O monitor deve possuir no mínimo 02 (duas) interfaces USB laterais ou traseira, de fácil acesso por parte dos usuários, uma vez que o equipamento ficará instalado na parte posterior do mesmo. Deverão ser fornecidos os cabos necessários para interconexão do monitor com o gabinete, para o adequado funcionamento das interfaces laterais;
- 2.2.7.7 Deve possuir fonte de alimentação interna ao monitor capaz de receber alimentação de fonte de corrente alternada com tensões de entrada de 100 a 240 VAC, 50-60 Hz, devendo fazer o ajuste automaticamente de acordo com a tensão de entrada;
- 2.2.7.8 Deverá possuir as mínimas funcionalidades para ajuste de tela (auto ajuste, esquerda/direita, menu e liga/desliga);
- 2.2.7.9 Deve possuir pedestal ou base para apoio sobre a mesa de trabalho que permita ajustes de altura, inclinação e orientação da tela. Estas regulagens devem ser características nativas do monitor, sendo que não serão admitidas modificações através de adaptadores, fresagens, usinagens em geral, furações, empregos de adesivos ou quaisquer outros procedimentos ou emprego de materiais que visem adaptar o monitor fornecido para atender aos requisitos de regulagem de altura, inclinação e orientação. **O ajuste de orientação deve permitir a rotação da tela em 90° para funcionar na orientação “retrato”;**
- 2.2.7.10 Deverão ser fornecidos os seguintes acessórios: cabo de alimentação compatível com o padrão NBR-14136, cabo VGA (mínimo de 1,5 m), Cabo *Display Port* e/ou HDMI (mínimo de 1,5 m). Todos os cabos de vídeo devem ser compatíveis com a placa de vídeo do equipamento. Será aceita solução de conexão de vídeo através de conectores;
- 2.2.7.11 Deve possuir controles digitais de brilho, contraste, posicionamento horizontal e vertical. Os controles poderão ser do tipo OSD (*On Screen Display*) desde que seja apresentado em português;
- 2.2.7.12 Deve possuir tempo de resposta máximo de até 8 ms;

- 2.2.7.13 Deve possuir certificação de segurança de acordo com a norma IEC 60950 ou norma equivalente emitida por instituição credenciada pelo INMETRO ou órgão internacional equivalente;
- 2.2.7.14 Deve apresentar compatibilidade eletromagnética e de radiofrequência de acordo com a norma IEC 61000 ou equivalente. A compatibilidade deve ser comprovada através de certificado ou relatório de avaliação de conformidade emitido por órgão credenciado pelo INMETRO ou órgão internacional equivalente;
- 2.2.7.15 Deve ter tratamento antireflexivo. Não será aceita a solução anti-glare (brilhante ou polida) ou adesivos antireflexivos;
- 2.2.7.16 A garantia do monitor deve ser a mesma do equipamento desktop, devendo ser ratificada na proposta comercial. A prestação das garantias dos monitores de vídeo nos mesmos prazos estipulados para o equipamento desktop é condição de aprovação das amostras e da adjudicação;
- 2.2.7.17 Monitor do mesmo fabricante do microcomputador ofertado, sendo aceito em regime OEM com a logomarca do fabricante do equipamento desktop, cujo tempo de garantia, deve ser o mesmo do desktop e de responsabilidade, integral, do fornecedor.

2.2.8 REQUISITOS DE HOMOLOGAÇÃO DO EQUIPAMENTO:

- 2.2.8.1 Os equipamentos devem ser entregues com sistema operacional **Windows 11 Professional 64 bits**, em Português brasileiro, instalado e em pleno funcionamento, acompanhados de mídias (pendrive) de instalação e recuperação do sistema e de todos os seus *drivers*, além da documentação técnica em português necessária à instalação e operação do equipamento;
- 2.2.8.2 Deve ser fornecida uma licença por unidade de computador entregue, na modalidade OEM, com todos os recursos para garantir atualizações de segurança do sistema operacional Windows 11, gratuitamente, durante todo o prazo de garantia estabelecido para o equipamento;
- 2.2.8.3 Deve ser fornecido software do próprio fabricante ou homologado pelo mesmo que possibilite apagar de forma definitiva e irreversível todos os dados armazenados no disco rígido;
- 2.2.8.4 Deverá ser permitido downgrade de versão do sistema operacional para Windows 10 Professional 64 bits, em Português brasileiro a qualquer tempo, devidamente licenciado sem ônus para o TRE-PR;
- 2.2.8.5 Para o modelo de microcomputador ofertado, deverá ser comprovada a compatibilidade com o sistema operacional Windows na sua versão 11

Professional 64 bits, mediante lista do *Windows Catalog*, mantida pela Microsoft, devidamente atualizado;

- 2.2.8.6 O modelo de microcomputador ofertado deverá ter compatibilidade com pelo menos uma distribuição Linux que permita a instalação de imagem, de servidor de imagem Linux, via rede ;
- 2.2.8.7 Deverá possuir mídias (pendrive) com drivers de dispositivo das placas e componentes do equipamento para Windows 10 e 11 Professional 64 bits, com a respectiva documentação ou ter os drivers disponíveis para download na Internet;
- 2.2.8.8 Cada equipamento deverá ser configurado de modo a reconhecer os elementos de hardware que compõem o sistema;
- 2.2.8.9 Devem ser fornecidas mídias externas (pendrive), aqui definido como conjunto de mídias externas de instalação e configuração, contendo os drivers e o sistema operacional ou a imagem do disco rígido com o sistema operacional e drivers já instalados. Deverão fornecidos, pelo menos, 10 conjuntos de mídias externas de instalação e configuração;
- 2.2.8.10 O licitante deverá informar marca e modelo dos componentes utilizados na solução e apresentar prospecto com as características técnicas do equipamento, da placa mãe, processador, memória, interface de rede, fonte de alimentação, disco rígido, mouse, teclado e monitor, incluindo especificação de marca, modelo, e outros elementos que de forma inequívoca identifiquem e constatem as configurações cotadas, expansões e upgrades, comprovando-os através de certificados, manuais técnicos, folders e demais literaturas técnicas editadas pelos fabricantes. Serão aceitas cópias das especificações obtidas no site do fabricante na Internet juntamente com o endereço do site;
- 2.2.8.11 O licitante poderá apresentar sua chancela (*part number*) que identifica as marcas e modelos dos insumos, peças e partes que compõem a solução ofertada;
- 2.2.8.12 Comprovação de que o fabricante dos equipamentos ofertados possui banco de dados disponibilizado na Internet que permita obter a configuração de hardware e software ofertado, periféricos internos e drivers de instalação atualizados e disponíveis para download a partir do n.º de série dos mesmos;
- 2.2.8.13 Deve ser fornecido software do próprio fabricante ou homologado pelo mesmo que permita a instalação e atualização das últimas atualizações de todas as ferramentas e drivers disponíveis pelo fabricante do equipamento. Tal software também deve possuir funcionalidades de monitorar o sistema, realizar diagnósticos, emitir alertas e ajudar a reparar erros no sistema.

2.2.9 REQUISITOS DO GABINETE:

- 2.2.9.1 O gabinete deve ser do tipo mini desktop (Ultra Small Form Factor), podendo ser utilizado na posição vertical ou horizontal, caso seja necessária uma base / adaptador (ex: suportes/pés adaptadores) para uso em uma das posições (vertical ou horizontal), o mesmo deve ser fornecido;
- 2.2.9.2 Deverá possuir solução de acoplamento ao monitor, padrão VESA, visando a fixação do equipamento ao monitor do item 2.2.7 (fixação no próprio monitor ou no pedestal), formando um conjunto único e compacto. A solução não poderá se utilizar de fresamento, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos ou emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o equipamento ou suas partes;
- 2.2.9.3 Possuir solução interna capaz de detectar a intrusão por abertura indevida do gabinete (*chassis intrusion detection*);
- 2.2.9.4 Deverá possuir acabamento interno com superfícies não cortantes;
- 2.2.9.5 O gabinete, deverá possuir cor predominantemente preta ou prata ou ainda uma combinação das mesmas;
- 2.2.9.6 Deverá possuir sistema de alerta primário, speaker (*beep*) interno, com capacidade de reproduzir os sons de alerta e alarmes gerados por problemas de inicialização, poderá o speaker (*beep*) estar integrado à placa mãe;
- 2.2.9.7 Possuir conectores frontais para headphone e microfone sendo aceita interface tipo combo;
- 2.2.9.8 Deverá possuir todos os cabos de energia elétrica;
- 2.2.9.9 Deverá possuir fonte de alimentação com comutação automática 100~240V, com tecnologia PFC (*power Factor Correction*) ativo, suficiente para suportar todos os dispositivos internos na Configuração máxima admitida pelo equipamento (placa principal, interfaces, discos rígidos, memória RAM e demais periféricos);
- 2.2.9.10 Deve possuir sistema de monitoramento de temperatura controlado pelo BIOS, adequado ao processador, fonte e demais componentes internos ao gabinete. O projeto do gabinete deve permitir que o fluxo de ar interno siga as recomendações do fabricante do processador usado no projeto;
- 2.2.9.11 O gabinete deverá possuir um conector de encaixe para inserção de trava de segurança, do tipo *Kensington*, sem adaptações;

- 2.2.9.12 Deve possuir botão de ligar/desligar o equipamento posicionado na parte frontal do gabinete;
- 2.2.9.13 Deve possuir indicadores luminosos (*leds*) de atividade da unidade de disco rígido e de computador ligado (*power on*);
- 2.2.9.14 Deve permitir a abertura do equipamento e a troca de componentes internos (disco rígido, memórias e placas de expansão) sem a utilização de ferramentas (*tool less*). O gabinete deve ter sido projetado para manutenções *tool less*, sendo que não serão aceitas adaptações em um gabinete que não era originalmente *tool less*;
- 2.2.9.15 Deve possuir sistema de travamento com chave utilizando cadeado ou fechadura incorporada. Cada equipamento deve vir acompanhado de uma chave. As chaves devem possuir segredo único para cada lote, ou seja, uma chave de um lote deve abrir qualquer equipamento daquele lote. O sistema de travamento do gabinete não deve impedir ou afetar o posicionamento ou equilíbrio do gabinete quando utilizado na posição vertical ou horizontal.

2.2.10 REQUISITOS DO TECLADO:

- 2.2.10.1 O teclado deverá seguir padrão ABNT-2, com 104 teclas (mínimo), com conector USB, sem uso de adaptadores. Deve permitir ajuste da inclinação;
- 2.2.10.2 O teclado poderá ser de fabricante diverso do equipamento desktop (CPU), fornecido em regime de OEM, devendo existir impressa no teclado a logomarca da empresa fabricante do equipamento desktop;
- 2.2.10.3 Deverá possuir bloco numérico separado das demais teclas;
- 2.2.10.4 Deve possuir indicadores luminosos do tipo *led* para indicar a ativação e desativação das teclas CAPS LOCK, NUM LOCK e SCROLL LOCK;
- 2.2.10.5 A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado. Durante o período de garantia, teclados com a impressão desgastadas por uso deverão ser substituídos, sem custos para a contratante, observando os prazos previstos para a contratada realizar os atendimentos;
- 2.2.10.6 Deve possuir as teclas Windows logo (acesso ao menu iniciar) e aplicação (acesso ao menu de atalhos – equivalente ao botão direito do mouse);
- 2.2.10.7 Caso haja o fornecimento de teclas de desligamento, hibernação e espera, as mesmas devem estar dispostas na parte superior do teclado.

2.2.11 REQUISITOS DO DISPOSITIVO APONTADOR (MOUSE)

- 2.2.11.1 Deverá ser de conformação ambidestra, com botões esquerdo, direito e central próprio para rolagem, com tecnologia óptica laser (sem esfera);
- 2.2.11.2 O mouse poderá ser de fabricante diverso do equipamento desktop (CPU), fornecido em regime de OEM, devendo existir impressa no mouse a logomarca da empresa fabricante do equipamento desktop;
- 2.2.11.3 Deverá possuir roda (*wheel*) para rolagem (*scroll*) de tela;
- 2.2.11.4 Deverá possuir resolução mínima de 1.000 dpi;
- 2.2.11.5 Deve possuir conector compatível com as interfaces USB disponível no equipamento desktop;
- 2.2.11.6 Deve ser com fio e não utilizar qualquer tipo de adaptador para ser conectado ao equipamento desktop;
- 2.2.11.7 Deverá ser disponibilizado acompanhado de *mouse pad* com superfície adequada para utilização de mouse óptico.

2.2.12 DOS REQUISITOS DE COMPATIBILIDADE

- 2.2.12.1 Deve possuir certificação de compatibilidade com a norma IEC 60950 ou norma equivalente, emitida por instituição acreditada pelo INMETRO ou por instituição equivalente;
- 2.2.12.2 Deve apresentar compatibilidade eletromagnética e de radiofrequência conforme a norma ISO/IEC 61000, comprovada através de certificado ou relatório de avaliação de conformidade emitido por órgão credenciado pelo INMETRO ou por instituição equivalente;
- 2.2.12.3 O equipamento ofertado deverá constar no *Microsoft Windows Catalog*. A comprovação de compatibilidade deverá ser feita pela apresentação do documento *Hardware Compatibility Test Report* emitido especificamente para a marca e modelo do equipamento;
- 2.2.12.4 Todos os dispositivos de hardware que compuserem o sistema, bem como seus drivers, deverão ser compatíveis com os sistemas operacionais Windows e Linux, na distribuição especificada;
- 2.2.12.5 Compatibilidade com o padrão Desktop Management Interface 2.0 (DMI 2.0) da Distributed Management Task Force (DMTF), comprovado através de documentação expedida pelo fabricante do equipamento;

2.2.12.6 O equipamento, quando ligado e em pleno funcionamento, deve produzir um nível de ruído não superior a 45 db(A), em conformidade com as normas ISO 9296 e ISO 7779 ou ABNT NBR 10152. O requisito deve ser comprovado através de certificado de conformidade emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO para o equipamento ofertado.

3 DA SUSTENTABILIDADE:

- 3.1 Deve ser apresentada certificação emitida por instituição credenciada pelo INMETRO que comprove que nenhum dos equipamentos contém substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), para efeito de avaliação das amostras e aceitação do produto. A comprovação deste requisito também pode ser feita pela apresentação de certificação EPEAT, desde que esta apresente explicitamente a informação de conformidade RoHS;
- 3.2 As unidades do equipamento deverão ser entregues devidamente acondicionadas em embalagens individuais adequadas, que utilizem preferencialmente materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e a armazenagem;
- 3.3 A contratada para o fornecimento dos equipamentos, na qualidade de fabricante, importador, distribuidor ou comerciante, poderá ser solicitada a providenciar o recolhimento e o adequado descarte do lixo tecnológico originário desta aquisição de equipamentos, entendido como aqueles produtos ou componentes eletrônicos em desuso e sujeitos a disposição final, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme a lei 12.305/2010, artigo 33 caput, inciso VI e seus parágrafos;
- 3.4 O modelo do equipamento ofertado deverá deter uma das seguintes certificações:
 - a) Certificação emitida por instituições públicas ou privadas credenciadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro, que ateste, conforme instrução Normativa INMETRO nº 170/2012, a adequação em segurança para o usuário e instalações, compatibilidade eletromagnética e consumo de energia;
 - b) Certificação Energy Star Partner List Results ou EPEAT (*Eletronic Product Environmental Assessment Tool*) em qualquer nível, comprovada por meio de publicação no endereço eletrônico www.epeat.net

4 DOS REQUISITOS DE GARANTIA

- 4.1 A garantia “on site” de funcionamento será pelo período de 48 (quarenta e oito) meses contados a partir do Recebimento Definitivo do componente, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante. O licitante, caso aplicável, deverá descrever em sua proposta os termos da garantia adicional oferecida pelo fabricante;

- 4.2 A garantia deve incluir todo e qualquer defeito decorrente de projeto, fabricação, construção, montagem, acondicionamento, transporte ou desgaste prematuro, com a substituição de peças, componentes, ajustes, reparos e correções necessárias, às expensas da contratada;
- 4.3 O fornecedor não poderá, em hipótese alguma, negar-se a registrar chamadas relacionadas ao equipamento adquirido, ainda que se conclua, ao final, que a solução do incidente não seja de responsabilidade do fornecedor/fabricante;
- 4.4 O prazo máximo para o primeiro atendimento dos chamados é de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da abertura do chamado;
- 4.5 O prazo máximo para a solução do problema é de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da abertura do chamado, mesmo incluindo a troca de peças e/ou componentes mecânicos ou eletrônicos;
- 4.6 Em caso de substituição de peças e/ou componentes eletrônicos ou mecânicos, as peças substituídas deverão ser originais do fabricante e ter especificações iguais ou superiores àquelas;
- 4.7 As peças e componentes trocados deverão ser novos – não utilizados ou reconicionados;
- 4.7.1 Os SSDs defeituosos deverão ser substituídos por SSDs novos, sendo que o antigo deverá permanecer com a Contratante, de forma a garantir o sigilo e a confidencialidade das informações nele armazenadas.
- 4.8 O primeiro atendimento dos chamados técnicos deverá ser presencial e feito nas dependências da sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (on site) em Curitiba, para as aberturas de chamadas técnicas solicitadas para os equipamentos lotados na capital, ou nos Cartórios Eleitorais situados no interior do Estado do Paraná (on site com atendimento descentralizado), para as aberturas de chamadas técnicas solicitadas para os equipamentos lotados nos cartórios eleitorais relacionados abaixo, de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 12h30m às 18h30m, por profissionais especializados;

Zona	Município	Endereço	CEP	Telefone
5	PARANAGUÁ	RUA ODILON MADER, 994 - FORUM ELEITORAL	83206080	4134224804
6	ANTONINA	RUA BENTO CEGO, 177 - FÓRUM ELEITORAL	83370000	4134324167
7	CERRO AZUL	RUA EXPEDICIONARIO PEDRO PAULIN S/NR	83570000	4136621465
8	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	RUA ANGELO ZEN, 53 - FORUM ELEITORAL	83005620	4132834523
9	CAMPO LARGO	AV. FRANCISCO XAVIER DE ALMEIDA GARRET, 1345 - FORUM ELEITORAL	83601230	4132921391
10	LAPA	AV. JOÃO JOSLIN DO VALE, 1250	83750000	4136224321
11	RIO NEGRO	RUA XV DE NOVEMBRO 1445 - FÓRUM ELEITORAL	83880000	4736424122
12	SÃO MATEUS DO SUL	RUA DOM PEDRO II, 785	83900000	4235321056

13	PALMEIRA	RUA BARÃO DO RIO BRANCO, S/N - FÓRUM ELEITORAL	84130000	4232523199
14	PONTA GROSSA	RUA SAINT HILAIRE, 187 - FORUM ELEITORAL - VILA OFICINAS	84035350	4232221898
15	PONTA GROSSA	RUA SAINT HILAIRE, 187 - FORUM ELEITORAL	84035350	4232246183
16	CASTRO	RUA RAIMUNDO FEIJÓ GAIÃO, S/N	84172560	4232337631
17	TIBAGI	RODOVIA PR 340, S/N, FÓRUM ELEITORAL, AO LADO DA ESCOLA AROLDO	84300000	4232751187
18	JAGUARIAÍVA	RUA HELARINA LUIZA DE MATOS, S/N	84200000	4335351404
19	TOMAZINA	RUA CONS. AVELINO A. VIEIRA, 556 - FORUM DES ERNANI ALMEIDA DE ABREU	84935000	4335631109
20	WENCESLAU BRAZ	ESTRADA MUNICIPAL, 340	84950000	4335282281
21	SIQUEIRA CAMPOS	RUA RIO GRANDE DO NORTE, S/N - FÓRUM ELEITORAL	84940000	4335711946
22	SANTO ANTÔNIO DA PLATINA	RUA RUI BARBOSA, 212 - FORUM ELEITORAL	86430000	4335344238
23	RIBEIRÃO CLARO	RUA ROMUALDO CHIAROTTI, 430 - FORUM	86410000	4335361659
24	JACAREZINHO	AV. WANDA QUINTANILHA, 252	86400000	4335271244
25	CAMBARÁ	RUA JOAQUIM RODRIGUES FERREIRA, 1157	86390000	4335323152
26	CORNÉLIO PROCÓPIO	RUA DOS EXPEDICIONARIOS, 753 - FORUM ELEITORAL	86300000	4335243732
27	PIRAÍ DO SUL	RUA MINERVINA DE FREITAS, S/N - FÓRUM ELEITORAL	84240000	4232372368
28	APUCARANA	RUA URÂNIO, 880 - FORUM ELEITORAL	86800450	4334232940
29	IMBITUVA	RUA SANTO ANTONIO, 875	84430000	4234361103
30	PRUDENTÓPOLIS	RUA OSÓRIO GUIMARÃES, 620 - FORUM ELEITORAL	84400000	4234461983
31	CAMPO MOURÃO	AV. JOSE CUSTODIO DE OLIVEIRA, 2004 - FÓRUM ELEITORAL	87300020	4435232024
32	PALMAS	RUA CAPITÃO PAULO DE ARAÚJO, 657, ESQUINA COM RUA AVELINO MAZALOTTI	85555000	4632631427
33	UNIÃO DA VITÓRIA	RUA PRUDENTE DE MORAIS, 118	84600125	4235224921
34	IRATI	RUA JOÃO STOKLOS, N.200	84500000	4234221939
35	ASSAÍ	RUA DEPUTADO FRANCISCO ESCORSIN, 226	86220000	4332623133
36	IPIRANGA	RUA AGENOR CHAVES FERREIRA, 405-EDIFÍCIO DO FÓRUM ELEITORAL	84450000	4232421279
37	MALLET	RUA OLAVO BILAC, 1432	84570000	4235421141
38	PITANGA	RUA DUQUE DE CAXIAS 590, FÓRUM ELEITORAL - CENTRO	85200000	4236463177
39	RESERVA	RUA ERNESTINA CASTRO LANHOSO, S/N	84320000	4232761540
40	SERTANÓPOLIS	RUA MINAS GERAIS, 802	86170000	4332322403
41	LONDRINA	RUA GOV. PARIGOT DE SOUZA, 231 - FORUM ELEITORAL	86015650	4333421562
42	LONDRINA	RUA GOV. PARIGOT DE SOUZA, 231- FORUM ELEITORAL	86015650	4333430622
43	GUARAPUAVA	RUA BRIGADEIRO ROCHA, 1046 - FORUM ELEITORAL	85012260	4236237534

44	GUARAPUAVA	RUA BRIGADEIRO ROCHA, 1046 - FORUM ELEITORAL	85015590	4236238781
45	LARANJEIRAS DO SUL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 3010, CENTRO - LARANJEIRAS DO SUL/PR	85303130	4236352750
46	FOZ DO IGUAÇU	AV. COSTA E SILVA, 1599 - FORUM ELEITORAL	85863000	4535223142
47	CLEVELÂNDIA	RUA MAJOR DIOGO RIBEIRO, 375	85530000	4632521711
48	BOCAIUVA DO SUL	RUA LUIZ CARLOS GUIMARÃES POLLI, 21 - FORUM ELEITORAL	83450000	4136581237
49	COLOMBO	RUA PADRE FRANCISCO CAMARGO, 759 - FORUM ELEITORAL	83414010	4136561992
50	ARAUCÁRIA	RUA FRANCISCO DRANKA, 1079	83703115	4136421018
51	MORRETES	PROLONGAMENTO DA RUA XV DE NOVEMBRO, S/N	83350000	4134621793
52	SÃO JOÃO DO TRIUNFO	RUA VEREADOR PEDRO VAGNER, 05	84150000	4234471369
53	TEIXEIRA SOARES	RUA JOÃO NEGRÃO JUNIOR, 380	84530000	4234601145
54	SENGÉS	RUA JOSE DOMINGOS BRANCO, 820	84220000	4335671369
55	JOAQUIM TÁVORA	RUA 21 DE SETEMBRO, SN - FÓRUM ELEITORAL	86455000	4335591649
56	CARLÓPOLIS	RUA JOSÉ SALLES, 210 - FÓRUM ELEITORAL	86420000	4335661622
57	ANDIRÁ	RUA ALAGOAS, 80	86380000	4335383198
58	BANDEIRANTES	RUA ELÍSIO MANOEL DOS SANTOS, 437	86360000	4335424027
59	ROLÂNDIA	RUA ERNESTO CAMPANER, 335	86605196	4332551416
60	MANDAGUARI	AV. MARCOS DIAS, 297 - FORUM ELEITORAL	86975000	4432331123
61	ARAPONGAS	RUA TICO TICO, 1001	86707020	4332752008
62	REBOUÇAS	RUA ADOLFO STADLER, 551	84550000	4234571450
63	SÃO JERÔNIMO DA SERRA	RUA PAULO NADER, 287	86270000	4332671451
64	JAGUAPITÃ	RUA ALMERINDA RODRIGUES DOS SANTOS S/N ESQUINA COM A RUA MARANHÃO	86610000	4332721762
65	PORECATU	RUA HORÁCIO PAGANO, 71 - FÓRUM ELEITORAL	86160000	4336232244
66	MARINGÁ	AV. GASTÃO VIDIGAL, 605 - FORUM ELEITORAL	87050440	4432264212
67	ASTORGA	RUA BATISTA BORÁZIO, 31 - FÓRUM ELEITORAL	86730000	4432343172
68	CASCADEL	RUA INDIRA GANDHI, 551 - ALTO ALEGRE - FORUM ELEITORAL	85805310	4532266822
69	FRANCISCO BELTRÃO	RUA TENENTE CAMARGO, 2500 - FORUM ELEITORAL	85601610	4635242284
70	JANDAIA DO SUL	RUA JOSÉ MIGUEL LOPES VILLAR, 330	86900000	4334323751
71	NOVA ESPERANÇA	RUA PROFESSORA ADELINA PROCOPIAK, 268 - FÓRUM ELEITORAL	87600000	4432521877
72	PARANAVAÍ	AV. DEP. HEITOR ALENCAR FURTADO, 3.300 - FÓRUM ELEITORAL	87711000	4434231669
73	PATO BRANCO	RUA PARANÁ, N 1565	85501025	4632253900
74	PEABIRU	RUA JULIO CARNEIRO CAMARGO, 331	87250000	4435311629
75	TOLEDO	RUA MIRALDO PEDRO ZIBETTI, 185 - FORUM ELEITORAL	85903160	4532525628

76	MARILÂNDIA DO SUL	RUA XV DE NOVEMBRO, 492 - FÓRUM ELEITORAL	86825000	4334281162
77	BELA VISTA DO PARAÍSO	FÓRUM ELEITORAL - RUA JULIO FAVARO, N. 60	86130000	4332421723
78	CAMBÉ	AV. ESPERANÇA, N 450 - PARQUE RESIDENCIAL CAMBÉ	86191010	4332545665
79	IBAITI	RUA RUI BARBOSA, 359 - CENTRO	84900000	4335462322
80	IBIPORÃ	RUA ALBERTO SPIACCI, N. 270	86200000	4332585598
81	MARIALVA	AV. TIO RIBAS, 1050	86990000	4432321938
82	RIBEIRÃO DO PINHAL	RUA SYNÉSIO ANDRADE BORGES, 565	86490000	4335511545
83	SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE	AV. BRASIL - 625 - FÓRUM ELEITORAL	85710000	4635631849
84	URAI	AV. PARANÁ ESQUINA COM RUA PROF CECÍLIA ASSUMPCÃO AVELAR	86280000	4335411524
85	LOANDA	RUA RIO GRANDE DO SUL, S/N - FÓRUM ELEITORAL	87900000	4434251714
86	CRUZEIRO DO OESTE	AV. BRASIL, 4220 - PRAÇA AGENOR BORTOLON	87400000	4436762662
87	ALTO PARANÁ	RUA PASTEUR 973	87750000	4434471674
88	CIANORTE	AVENIDA GOIÁS, 51	87200149	4436294117
89	UMUARAMA	RUA DES. ANTONIO F. F. DA COSTA, 3585 - FORUM ELEITORAL	87501200	4436231540
90	GUAÍRA	RUA COMANDANTE MORAES REGO, N.700	85980000	4436422662
91	PARANACITY	RUA MÁRIO XAVIER DE SOUZA, 1248	87660000	4434631718
92	GOIOERÊ	AVENIDA GUIMARÃES ROSA, S/N - FÓRUM ELEITORAL	87360000	4435222142
93	IVAIPORÃ	AVENIDA ITÁLIA, N. 10 - FÓRUM ELEITORAL	86870000	4334724844
94	SANTA ISABEL DO IVAÍ	RUA PRINCESA ISABEL, ESQ. RUA CAMPOS SALES - FÓRUM ELEITORAL	87910000	4434531701
95	COLORADO	AVENIDA BRASIL, SN (AO LADO DA RODOVIÁRIA)	86690000	4433232540
96	NOVA LONDRINA	AV. ITIO KONDO, 1054	87970000	4434322274
97	IPORÃ	RUA CRISTÓVÃO COLOMBO, N 740 - FÓRUM ELEITORAL	87560000	4436521535
98	UBIRATÃ	RUA SANTOS DUMONT N. 740	85440000	4435432474
99	CONGONHINHAS	AV. SÃO PAULO, 332 - FÓRUM	86320000	4335541291
100	PARAÍSO DO NORTE	RUA PROJETADA SN, AOS FUNDOS DO FÓRUM ESTADUAL	87780000	4434311295
101	CORONEL VIVIDA	AVENIDA GENEROSO MARQUES, S/N - FORUM ELEITORAL	85550000	4632322225
102	MANDAGUAÇU	RUA XANGAI, N. 198	87160000	4432451835
103	CHOPINZINHO	RUA ANTONIO DE QUADROS, 4243	85560000	4632421620
104	PRIMEIRO DE MAIO	RUA ONZE, 1090 - FORUM	86140000	4332351511
105	TERRA RICA	AVENIDA LUIZ GUALTIERRE, 615	87890000	4434411186
106	CÂNDIDO DE ABREU	RUA JOSÉ ADAMOWICZ, S/N, CENTRO - FORUM ELEITORAL	84470000	4334761255
107	CAPANEMA	RUA PADRE CIRILO, 1.199 - FÓRUM ELEITORAL	85760000	4635521806

108	NOVA FÁTIMA	R PROF WENCESLAU AUGUSTO ROSS, S/N	86310000	4335521538
109	SANTA MARIANA	RODOVIA ANTONIO DA SILVA MACHADO, SN - FORUM ELEITORAL	86350000	4335311750
110	FAXINAL	RUA BENEDITO CIRILO, 220, FÓRUM ELEITORAL	86840000	4334611982
111	TELEMACO BORBA	AV. NOSSA SRA DE FATIMA, EM FTE N 353 - FORUM ELEITORAL	84261500	4232723150
112	GUARANIAÇU	AV. MANOEL RIBAS, S/N - FORUM ELEITORAL	85400000	4532321795
113	ASSIS CHATEAUBRIAND	AV. CÍVICA, 416	85935000	4435284161
114	MEDIANEIRA	RUA ESPÍRITO SANTO, 2161 - FÓRUM ELEITORAL	85884000	4532644386
115	DOIS VIZINHOS	AV. DEDI BARRICHELLO MONTAGNER, 880 - FÓRUM ELEITORAL	85660000	4635362505
116	ENGENHEIRO BELTRÃO	AV. BRASIL, S/N - FÓRUM ELEITORAL DES. IVAN CAMPOS BORTOLETO	87270000	4435371501
117	XAMBRÊ	AV. ROQUE GONZALES, 215 - FÓRUM ESTADUAL	87535000	4436321388
118	MATELÂNDIA	AV. CRISTOVÃO COLOMBO, 817	85887000	4532621885
119	CURIÚVA	AVENIDA ANTÔNIO CUNHA S/N	84280000	4335451411
120	FORMOSA DO OESTE	RUA JOÃO GASK CABRERA	85830000	4435261504
121	MARECHAL CÂNDIDO RONDON	RUA RIO GRANDE DO NORTE, 530	85960000	4532842031
122	SÃO MIGUEL DO IGUAÇU	RUA NEREU RAMOS, 400	85877000	4535651069
123	ALTÔNIA	RUA MANOEL RIBAS 1251	87550000	4436591727
124	PALOTINA	RUA JUSCELINO KUBITSCHKE, 1768	85950000	4436495717
125	TERRA ROXA	RUA SÃO PAULO, 300	85990000	4436451818
126	CORBÉLIA	AV. MINAS GERAIS, N 98	85420000	4532422161
127	CIDADE GAÚCHA	ALAMEDA SANTA MARIA, 46 - FORUM ELEITORAL	87820000	4436751832
128	ALTO PIQUIRI	AVENIDA CURITIBA, N. 451 - FORUM ELEITORAL JAIR FAXINA	87580000	4436561509
129	SANTA HELENA	FÓRUM ELEITORAL GOYÁ CAMPOS - RUA ÂNGELO CATTANI, S/N	85892000	4532681789
130	REALEZA	RUA PEDRO AMÉRICO, 3545 - FORUM ELEITORAL DR. HERALDO VIDAL CORREIA	85770000	4635431155
131	BARRAÇÃO	RUA LÍRIO JOÃO BARZOTTO, 647	85700000	4936441687
132	SÃO JOÃO DO IVAÍ	RUA LAURO LOPES DIAS N 1020 - FÓRUM ELEITORAL	86930000	4334771766
133	BARBOSA FERRAZ	RUA JOSÉ TRIGO, 363	86960000	4432751424
134	PALMITAL	RUA INTERVENTOR MANOEL RIBAS, PRÓXIMO AO FÓRUM ESTADUAL	85270000	4236571329
135	PÉROLA	AV. DONA PÉROLA BYINGTON, N 1850 -FORUM ELEITORAL JOSE MARCOS DE MOURA	87540000	4436361893
136	GRANDES RIOS	RUA AMAZONAS 1000	86845000	4334741441
137	MARINGÁ	AV. GASTÃO VIDIGAL, 605 - PROX AO ANTIGO AEROPORTO	87050440	4432261708

139	PONTA GROSSA	RUA SAINT HILAIRE, 187 - FORUM ELEITORAL	84035350	4232249654
140	MARMELEIRO	RUA IGNACIO FELIPE, 10 - FORUM ELEITORAL	85615000	4635251572
141	IRETAMA	AV. SAO PAULO, 691- FORUM ELEITORAL	87280000	4435731316
142	UMUARAMA	RUA DES. ANTONIO F. F. DA COSTA - 3585 - FORUM ELEITORAL	87501200	4436233563
143	CASCADEL	RUA INDIRA GANDHI, 551, FÓRUM ELEITORAL	85805310	4532268571
144	FAZENDA RIO GRANDE	RUA ITÁLIA, N. 319 (ESQUINA COM RUA MACEDÔNIA)	83823020	4136272626
146	LONDRINA	RUA GOVERNADOR PARIGOT DE SOUZA, 231- FÓRUM ELEITORAL	86015650	4333422502
147	FOZ DO IGUAÇU	AV. COSTA E SILVA, 1599 - FÓRUM ELEITORAL	85863000	4535223064
148	TOLEDO	RUA MIRALDO PEDRO ZIBETTI, 185 - FORUM ELEITORAL	85903160	4532523236
149	CIANORTE	PRAÇA CENTRO CÍVICO, N. 51	87200127	4436292119
150	SANTA FÉ	RUA AMÁBILE BELANDA BATISTA, 589	86770000	4432472688
151	SÃO JOÃO	RUA JOSE SCHOLTZ NÚMERO 201, ESQUINA COM OSÓRIO ALVES	85570000	4635332862
153	UNIÃO DA VITÓRIA	RUA PRUDENTE DE MORAIS, 118	84600000	4235224162
154	MARINGÁ	AV. DR. GASTÃO VIDIGAL, 605 - FORUM ELEITORAL	87050440	4432263051
155	PIRAQUARA	AV. GETULIO VARGAS, 1360 - FORUM ELEITORAL	83301010	4136732431
156	RIO BRANCO DO SUL	RUA BORGES DE MEDEIROS, S/N	83540000	4136521083
157	LONDRINA	RUA GOV. PARIGOT DE SOUZA, 231 - FORUM ELEITORAL	86015650	4333422431
159	CENTENÁRIO DO SUL	PRAÇA RUI BARBOSA, N. 08 - FÓRUM ELEITORAL	86630000	4336751324
160	PINHÃO	RUA EXPEDICIONÁRIO AMARILIO, S/N	85170000	4236771518
161	GUARATUBA	RUA TIAGO PEDROSO, S/N	83280000	4134421096
162	SALTO DO LONTRA	RUA DONA ROZA OENNING, S/N, SALTO DO LONTRA/PR	85670000	4635381574
163	QUEDAS DO IGUAÇU	RUA DAS OLIVEIRAS, 912	85460000	4635321762
164	ARAPOTI	RUA PLACÍDIO LEITE, N 84 - FÓRUM ELEITORAL	84990000	4335572152
165	CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES	AV. TANCREDO NEVES, 574 - FORUM	85790000	4532861418
166	CATANDUVAS	RUA 25 DE JULHO, S/N - FÓRUM ELEITORAL	85470000	4532341413
167	ORTIGUEIRA	RUA VIENA, S/N - FÓRUM ELEITORAL	84350000	4232771133
168	MANGUEIRINHA	RUA DOM PEDRO II, N. 1000	85540000	4632431406
169	CAMPINA DA LAGOA	RUA ALFREDO BENTO, N 160	87345000	4435421734
170	MAMBORÊ	RUA ITACIL MARTINS, 405	87340000	4435681676
171	ALMIRANTE TAMANDARÉ	RUA LOURENÇO ÂNGELO BUZATO, 752	83501000	4136991153
172	ICARAÍMA	AV. GENERCY DELFINO COELHO, 62 - FÓRUM ELEITORAL	87530000	4436651414

173	TERRA BOA	RUA OURUPU, 145 - FORUM ELEITORAL	87240000	4436412166
182	CAMPO LARGO	RUA FRANCISCO XAVIER DE ALMEIDA GARRET, 1345 - FORUM ELEITORAL	83601230	4132922721
183	CAMPO MOURÃO	AV. JOSE CUSTODIO DE OLIVEIRA, 2004 - FORUM ELEITORAL	87300020	4435235360
186	COLOMBO	RUA PADRE FRANCISCO CAMARGO, 759 - FORUM ELEITORAL	83414010	4136563532
188	PINHAIS	RUA ÁFRICA, N 254	83323320	4136671009
192	MARINGÁ	AV. DR. GASTÃO VIDIGAL, 605	87050440	4432265088
194	MATINHOS	RUA ANTONINA, S/N - ESQUINA COM R. WALDIR MÜLLER	83260000	4134532976
195	CAMPINA GRANDE DO SUL	RUA VER. DR. PEDRO DE BORTOLI, 260, FÓRUM ELEITORAL	83430000	4136761011
196	MANOEL RIBAS	AV. SERGIPE, 625 - FÓRUM ELEITORAL	85260000	4334352278
199	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	RUA ANGELO ZEN, 53 (PRÓX. SHOPPING SÃO JOSÉ)	83005620	4132834469
203	CANTAGALO	RUA JOÃO MILTON FAGUNDES S/N	85160000	4236361646
206	SARANDI	RUA FRANCISCO DE ALMEIDA S/N	87111650	4432641003

4.8.1 Quando não for possível a solução do problema no local, sendo necessária a remoção do equipamento, o conserto deverá ser efetivado nas dependências do laboratório da Contratada, ficando a mesma responsável pelo traslado dos equipamentos e sua devolução em perfeitas condições de uso;

4.8.2 A retirada do equipamento somente será autorizada desde que o SSD seja removido e fique retido na sede deste Tribunal ou em um de seus cartórios distribuídos pelo Estado do Paraná, com o objetivo de garantir o sigilo e a confidencialidade das informações nele armazenadas. Sendo assim, a contratada ficará responsável pela retirada provisória do SSD, bem como a sua recolocação quando o equipamento retornar do laboratório da contratada.

4.9 A Contratada deverá manter, durante os 48 (quarenta e oito) meses de vigência da garantia, e às suas expensas, central de atendimento para abertura de chamados técnicos pelo menos no horário das nove às dezoito horas, de segunda a sexta-feira. A central deverá ser acionada preferencialmente por e-mail. Será aceita também a disponibilização de canal para abertura de chamados técnicos por meio de serviço web da contratada;

4.9.1 A equipe técnica do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná está autorizada pela Contratada a realizar manutenção de urgência, incluindo a abertura das máquinas para detecção de problemas, podendo inclusive trocar componentes defeituosos (memória, disco rígido, placa de rede, placa de vídeo, etc), antes da solicitação de chamado técnico, sem prejuízo da garantia;

4.9.2 A equipe técnica do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná está autorizada pela Contratada a instalar componentes adicionais, tais como: pentes de memória, placas de rede, placas de vídeo (todos plenamente compatíveis à configuração do equipamento objeto da contratação) sem prejuízo da garantia.

4.10 Na abertura do chamado técnico, a Contratada deverá fornecer um número de registro único para cada chamado;

- 4.11 Considerar-se-á como recebida a solicitação de abertura do chamado técnico após o envio do e-mail (levando em consideração a data e hora do envio do e-mail) ou da abertura da ocorrência/ordem de serviço no serviço web da contratada (este último deve gerar um protocolo de atendimento com as informações de número da ordem de serviço, descrição do pedido de suporte e data e hora da abertura do chamado técnico);
- 4.11.1 Após realizada a abertura do chamado técnico, a contratada deverá, **necessariamente**, entrar em contato telefônico com o cartório eleitoral detentor do bem objeto da demanda. Para tanto, a contratada deverá utilizar os dados contidos na tabela mencionada na cláusula 4.8. O prazo da contratada para realizar este procedimento está incluído no prazo que a empresa dispõe para realizar o primeiro atendimento (item 4.4).
- 4.12 A contratada deverá entregar, obrigatoriamente, para o fiscal da contratação ao final de todo atendimento realizado um laudo contendo, no mínimo, as seguintes informações:
- a) Data e hora da abertura do chamado;
 - b) Número de registro do chamado;
 - c) Número do patrimônio TRE-PR do equipamento envolvido;
 - d) Número de série do equipamento envolvido;
 - e) Data e hora da chegada do técnico no local de atendimento para o primeiro atendimento;
 - f) Data e hora da resolução do problema, se aplicável;
 - g) Procedimentos realizados;
 - h) No caso de substituição de peças, a descrição do componente substituído.
- 4.12.1 A contratada deverá encaminhar para o gestor da garantia técnica, através do e-mail sgem@tre-pr.jus.br, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a realização dos atendimentos, uma cópia do laudo deixado com o fiscal da contratação ao final de cada visita técnica.
- 4.13 A Contratada deverá encaminhar mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, relatório de todos os chamados técnicos, atendidos ou não, realizados em sua central de atendimento no mês anterior. O relatório deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:
- a) Data e hora da abertura dos chamados;
 - b) Número de registro dos chamados;
 - c) Número do patrimônio TRE-PR dos equipamentos envolvidos;
 - d) Número de série dos equipamentos envolvidos;
 - e) Data e hora da chegada do técnico nos locais de atendimento;
 - f) Data e hora das resoluções dos problemas, quando aplicável;
 - g) No caso de substituição de peças, a descrição dos componentes substituídos.
- 4.14 Caso constatado, durante a vigência do contrato, repetidos defeitos em um mesmo componente dentro do lote dos equipamentos adquiridos, principalmente na placa principal, disco rígido ou fonte de alimentação, relacionados à pré-existência de algum vício de conhecimento superveniente à data de sua aquisição, a Contratada será, a critério da Contratante, obrigada a trocar o componente de todos os equipamentos fornecidos;
- 4.15 A contratada deverá, durante a vigência do contrato, prestar todas as informações solicitadas pelos gestores, esclarecendo dúvidas, inclusive, dando todo o suporte necessário no que

tange a levantamentos e estudos referentes ao objeto da contratação, no prazo máximo de 05 dias úteis.

- 4.16 A instituição poderá promover, a qualquer tempo, diligência para checar a veracidade das informações e ainda solicitar amostra do equipamento para confrontação do detalhamento das especificações técnicas do Termo de Referência.
- 4.17 Constatada alguma irregularidade, a qualquer tempo, a contratada deverá saná-la no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis

5 OUTRAS OBRIGAÇÕES:

- 5.1 Todos os equipamentos a serem entregues deverão ser idênticos;
- 5.2 A Contratada fornecedora do equipamento deve garantir que todos os componentes do produto são novos (sem uso, reforma ou recondicionamento) e que não estarão fora de linha de fabricação durante a validade do registro de preço. Será permitida a oferta de equipamentos comprovadamente similares, pelo mesmo preço, no caso de indisponibilidade do originalmente proposto, ficando à critério da contratante o aceite ou não do equipamento ofertado;
- 5.3 Todos os cabos e conectores externos necessários ao funcionamento dos equipamentos deverão ser fornecidos com comprimento de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros). Os cabos de conexão do equipamento à rede elétrica deverão seguir o padrão NBR-14136.
- 5.4 O equipamento deverá ser certificado quanto à segurança para os usuários e instalações, compatibilidade eletromagnética e consumo de energia, nos termos do artigo 3º do Decreto 7.174 de 12/05/2010;
- 5.5 Para todos os itens de especificação serão aceitas ofertas de qualquer componente de especificação diferente da solicitada, desde que comprovadamente igual ou superior, individualmente, quanto à qualidade, o desempenho, a operacionalidade, a ergonomia ou a facilidade no manuseio do originalmente especificado – conforme o caso, e desde que não cause, direta ou indiretamente, incompatibilidade com qualquer das demais especificações, ou desvantagem nestes mesmos atributos dos demais componentes ofertados.
- 5.6 É de responsabilidade da Contratada o perfeito funcionamento do objeto, devendo ser de primeira qualidade, obedecendo à garantia legal e às demais normas do Código de Defesa do Consumidor.

6 DA ENTREGA DO OBJETO

- 6.1 Todos os equipamentos entregues devem ser de uma única marca e modelo (da mesma marca e modelo ofertados na licitação, ou superior);
 - 6.1.1 A licitante vencedora deverá apresentar os produtos acondicionados conforme padrão do fabricante. A embalagem deve garantir a proteção do equipamento durante o transporte e estocagem, bem como conter a identificação do produto e demais informações que facilitem a verificação e manuseio dos mesmos;

- 6.2 Deverá ser fornecida documentação completa e atualizada (manuais, termos de garantia, etc.), no idioma Português, e em quantidade necessária à instalação e à operação dos equipamentos;
- 6.3 A Contratada deverá fixar nos equipamentos chapa/etiqueta com número de controle patrimonial, a ser fornecida pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná juntamente com as instruções para fixação das mesmas.
- 6.3.1 A fixação da etiqueta patrimonial deverá ser feita antes do início da entrega dos equipamentos ao TRE-PR. O número de controle patrimonial deverá, também, ser registrado externamente nas embalagens dos equipamentos, através de etiquetas adesivas fornecidas e confeccionadas pela Contratada;
- 6.4 Na entrega dos equipamentos, a contratada deverá fornecer em arquivo (.xls ou .xlsx) os dados constantes no Anexo IV e V.
- 6.5 **DO LOCAL DE ENTREGA:** Os equipamentos deverão ser entregues no depósito da Seção de Gestão de Equipamento de Microinformática do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, localizado em Curitiba, na Rua João Parolin, 55, bairro Prado Velho, em horário agendado pelo fone (41) 3330-8884;
- 6.6 A entrega deverá ser feita com anuência da referida Seção, em dias úteis – segunda a sexta-feira – no horário compreendido entre 12h e 19h, podendo também ocorrer, caso o TRE julgue necessário, em sábados, domingos e feriados;
- 6.7 **DO PRAZO DE ENTREGA:** prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da assinatura do contrato, estando incluso no valor contratado quaisquer despesas com frete e demais impostos inerentes à contratação;
- 6.8 Os equipamentos devem ser entregues, preferencialmente, até o dia 19 de dezembro de 2022. No entanto, excepcionalmente, serão aceitas entregas de equipamentos no período de recesso deste TRE, entre 20 de dezembro e 30 de dezembro.

7 DO RECEBIMENTO

7.1 DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO

- 7.1.1 O recebimento provisório será realizado pela Seção de Gestão de Equipamentos de Microinformática, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da entrega dos equipamentos.

7.2 DO RECEBIMENTO TÉCNICO

- 7.2.1 A Comissão Técnica, com no mínimo 3 (três) servidores, a ser instituída pela Secretaria de Tecnologia da Informação realizará, no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, a contar do recebimento provisório, uma inspeção técnica dos equipamentos adquiridos para verificação da sua integridade física e cumprimento das especificações exigidas no edital;
- 7.2.2 Para a inspeção técnica, será utilizada a documentação entregue pelo fornecedor e/ou fabricante do equipamento contendo as especificações detalhadas dos itens licitados;

- 7.2.3 A inspeção técnica poderá ser realizada por amostragem, a critério da Administração. O equipamento que, a qualquer tempo durante a vigência do contrato, apresentar irregularidades ou estiver em desacordo com aquele aprovado durante a análise da amostra deverá ser substituído no prazo de até 05 (cinco) dias, contados do comunicado enviado pelo TRE-PR.
- 7.2.4 Os equipamentos deverão ser entregues em perfeito estado de funcionamento, sem marcas, amassados, arranhões e/ou outros problemas físicos;
- 7.2.5 Após a inspeção técnica nos equipamentos e verificando que estes estão em perfeitas condições de funcionamento, a Comissão Técnica a ser instituída pela Secretaria de Tecnologia da Informação emitirá o Atestado de Aceite Técnico no prazo máximo informado no item 7.2.1.

7.3 DO RECEBIMENTO DEFINITIVO

- 7.3.1 A Coordenadoria de Infraestrutura emitirá o Aceite Definitivo do bem no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento técnico.
- 7.3.2 Recebido o objeto, mas constatado qualquer defeito/irregularidade, a Contratada deverá providenciar a substituição no prazo de até 05 (cinco) dias, contados do comunicado do TRE/PR, sem quaisquer ônus.

8 DO GESTOR DA CONTRATAÇÃO

- 8.1 O contrato será acompanhado por servidor formalmente designado para tal fim.
- 8.2 Nos termos da Lei 8666/93, art. 67, parágrafos 1.º e 2.º, caberá aos Gestores:
- a) Receber e atestar a nota fiscal referente à aquisição encaminhando a fatura pertinente para pagamento;
 - b) Acompanhar o fornecimento de acordo com as condições contratadas, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa;
 - c) Comunicar à contratada via e-mail, carta ou ofício, defeitos, irregularidades ou problemas encontrados durante a execução do objeto, fixando prazos para solucioná-los e corrigi-los;
 - d) Se a inexecução persistir, o gestor deverá criar um PAD específico de abertura de processo administrativo e encaminhá-lo à Secretaria de Gestão Administrativa, devidamente instruído com todas as informações pertinentes constantes em formulário específico, anexando-se cópia do e-mail do subitem acima, referente à intenção de abertura de Processo Administrativo.

9 DO GESTOR DA GARANTIA TÉCNICA

- 9.1 Caberá ao gestor da garantia técnica:

- a) Acompanhar a vigência da garantia técnica dos equipamentos, de acordo com as condições contratadas, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa;
- b) No que tange a garantia técnica, comunicar à contratada via e-mail, carta ou ofício, a ocorrência de descumprimento contratual e a intenção de abertura de Processo Administrativo;
- c) Criar um PAD específico de abertura de processo administrativo e encaminhá-lo ao Gestor da Contratação, devidamente instruído com todas as informações pertinentes constantes em formulário específico, anexando-se cópia do e-mail do subitem acima, referente à intenção de abertura de Processo Administrativo.

10 DO FISCAL SETORIAL

10.1 Considerando o requisito de Garantia com atendimento descentralizado, o contrato também será acompanhado por fiscais setoriais, formalmente designados para tal fim.

10.2 Caberá aos fiscais do contrato:

- a) acompanhar a execução do contrato encaminhando por escrito, ao gestor da garantia técnica, todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, inclusive pequenas falhas ou insatisfações;
- b) ao constatar defeito em um dos equipamentos objeto deste contrato, providenciar a abertura de chamado no sistema de Gestão de Serviços de TI (atualmente o Cherwell) ou via Central de Serviços de TI, relatando de forma sucinta o problema encontrado;
 - b.1) além da descrição objetiva do defeito constatado o chamado deve conter, obrigatoriamente, o número do patrimônio do equipamento e o seu respectivo número de série;
- c) incluir, no chamado em andamento no sistema de Gestão de Serviços de TI (Cherwell - conforme alínea b), cópia do laudo de atendimento, conforme item 4.12, fornecido pela contratada imediatamente após a sua visita técnica, sob pena de responsabilização administrativa.
- d) reter no cartório os SSDs dos equipamentos nos casos previstos nos itens 4.7.1 e 4.8.2, de forma a garantir o sigilo e a confidencialidade das informações nele armazenadas.

11 DA PROTEÇÃO DE DADOS

- 11.1 As partes devem cumprir fielmente o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei 13.709/2018.
- 11.2 A não observância das normas relativas à privacidade de dados pessoais, no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 e dos demais normativos mencionados neste contrato, caracteriza falta e enseja MULTA DE 10% do valor total do contrato.
- 11.3 É vedado o compartilhamento dos dados pessoais coletados ou repassados em razão da execução deste contrato com terceiros, bem como sua utilização para finalidade distinta

daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

12 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1 Dúvidas poderão ser sanadas com a Seção de Gestão de Equipamentos de Microinformática, por meio do telefone (041) 3330-8303 no horário compreendido entre as 12h e 19h ou pelo e-mail sgem@tre-pr.jus.br.

ANEXO II

“MINUTA”

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº .../2022

O Tribunal Eleitoral do Paraná, situado na Rua João Parolin nº 224 - Parolin, Curitiba-PR, inscrito no CNPJ sob o nº 03.985.113/0001-81, neste ato representado por seu Diretor Geral, Dr. Valcir Mombach, nos termos das Leis nº 8.666/93, nº 10.520/02, dos Decretos nº 10.024/2019 e nº 7.892/13 e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 60/2022 (PAD 17163/2021), RESOLVE registrar o(s) preço(s) ofertado(s) pelo Fornecedor abaixo:

Empresa:
CNPJ:
Nome do representante legal:
Endereço completo:
CEP:
Inscrição Estadual/Municipal:
Telefone:
E-mail:
Banco:
Agência:
Nº Conta Corrente:

Conforme quadro a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade	Marca	QTD	PREÇO UNITÁRIO (R\$)

* A especificação completa do item encontra-se no Termo de Referência (anexo I) do Edital.

1. DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para **aquisição de Estações de Trabalho tipo Desktop**, visando atender às necessidades do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, conforme o edital, as especificações e condições do Termo de Referência e a proposta de preços apresentada, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte deste instrumento, naquilo que não o contrarie.

2. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

2.1 - Constituem obrigações do órgão gerenciador:

- a) notificar o fornecedor registrado quanto à requisição do objeto mediante o envio da nota de empenho, a ser repassada via fax ou retirada pessoalmente pelo fornecedor:
 - a.1) a nota de empenho equivalerá a uma ordem de fornecimento;
- b) permitir ao fornecedor o acesso ao local da entrega do objeto, desde que observadas as normas de segurança;
- c) notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;
- d) efetuar os pagamentos devidos observadas as condições estabelecidas nesta Ata;
- e) promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

2.1.1 - Esta Ata não obriga o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná a firmar contratações com o fornecedor cujos preços tenham sido registrados, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro, em igualdade de condições.

2.2 - Constituem obrigações do fornecedor:

- a) assinar esta Ata no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da convocação;
- b) fornecer o objeto conforme especificação e preço registrados;
- c) observar as condições estabelecidas no Termo de Referência;
- d) entregar os bens solicitados no prazo máximo estabelecido no item 6.7 do Termo de Referência, anexo I;
- e) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
- f) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante(s) ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;
- g) cumprir as demais condições estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I.

3. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

3.1 - Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do

fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.2 - As aquisições adicionais a que se refere a Cláusula anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

3.3 - O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3.4 - Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.5 - Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 – Esta Ata de Registro de Preços tem vigência de 12 (doze) meses, contados da data registrada no SIASG.

5. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - O gerenciamento da Ata de Registro de Preços será realizado por servidor formalmente designado, que determinará que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados (art. 67 §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666/93) e notificará a autoridade superior, quando necessário, para as providências devidas.

5.2 – O fiscal/gestor terá autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral e controle junto à Contratada, cabendo ordenar a correção quanto à prestação do serviço efetuada em desacordo com as especificações constantes no objeto.

5.3 - O gestor será responsável em comunicar a Contratada, fixando prazos para solucionar problemas, correções dos defeitos ou irregularidades encontradas na prestação dos serviços ora contratada, sob pena de responsabilização administrativa.

5.4 - Se a inexecução persistir, o gestor deverá criar um PAD específico de abertura de processo administrativo e encaminhar à Secretaria de Administração devidamente instruído do comunicado acima e do formulário específico devidamente preenchido, referentes a intenção de abertura de Processo Administrativo.

6. DA VARIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 - O reajuste dos preços registrados encontra-se suspenso até disciplinamento diverso oriundo de legislação federal e nas condições desta. Desta forma, os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 01 (um) ano.

6.2 - A atualização monetária somente poderá ocorrer se houver atraso no pagamento motivado pela Administração do TRE.

6.3 - A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro através da planilha de custos demonstrativa da majoração e após ampla pesquisa de mercado.

6.3.1 - Para a concessão da revisão dos preços, a(s) empresa(s) deverá(ão) comunicar ao TRE a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

6.3.2 - Caso o TRE já tenha emitido a(s) nota(s) de empenho respectiva(s) para que a Contratada realize a prestação dos materiais e a empresa ainda não tenha realizado o pedido de revisão de preços, este não incidirá sobre o(s) pedidos já formalizados e empenhados.

6.4 - O Contratante terá o prazo de 30 (trinta) dias para análise dos pedidos de revisão recebidos.

6.4.1 - Durante esse período a(s) contratada(s) deverão prestar os serviços pelos preços registrados e nos prazos especificados em cada item, mesmo que a revisão seja julgada procedente pelo TRE. Nesse caso, o TRE procederá ao reforço dos valores pertinentes aos bens empenhados após o pedido de revisão.

6.4.2 - O não cumprimento da entrega nas condições estabelecidas poderá implicar a pena de impedimento do direito de licitar.

6.4.3 - A(s) Contratada(s) obrigar-se-ão em realizar as entregas pelo(s) preço(s) registrado(s) caso o pedido de revisão seja julgado improcedente.

7. DAS SANÇÕES

7.1 - Nos termos da Lei nº 8.666/93 e nº 10.520/02 fica a licitante vencedora sujeita às penalidades previstas no instrumento contratual.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O registro do fornecedor será cancelado, pelo órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

- I. descumprir as condições desta ata de registro de preços bem como do edital e seus anexos;
- II. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV. sofrer sanção prevista nos [incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993](#), ou no [art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002](#).

8.2 - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público;

II - a pedido do fornecedor.

8.3 - O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

8.4 - A comunicação do cancelamento do registro do fornecedor, nos casos previstos no inciso I do item 8.1, será feito por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

8.5 - No caso de o fornecedor encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação, no Diário Oficial da União, considerando-se cancelado o registro do fornecedor, a partir do 5º dia útil, a contar da publicação.

8.6 - A solicitação do fornecedor para cancelamento do registro de preço, não o desobriga da prestação dos serviços até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

9. DO FORO

9.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba-PR. para dirimir as dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

Curitiba, ____ de _____ de 2022.

(Assinatura Representante Legal)

Nome:

Cargo:

Dr. Valcir Mombach

Diretor Geral do TRE/PR

Anexo III

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA MÍNIMA DE BENS

Os bens entregues à Comissão de Recebimento de Bens de Consumo e Permanentes do TRE/PR e/ou Comissão Técnica a ser instituída pela Secretaria de Tecnologia da Informação, para análise, deverão vir acompanhados deste Anexo, corretamente preenchido pelo fornecedor, conforme indicado abaixo.

Id	Características Técnicas Mínimas Exigidas	Documentação apresentada (preenchimento obrigatório)	Página (preenchimento obrigatório)	Atendimento do Item (preenchimento pela equipe técnica TRE)
REQUISITOS DA ESTAÇÃO DE TRABALHO				
1	REQUISITOS DO PROCESSADOR			
	Com arquitetura x86 (AMD Ryzen™ 3 ou Intel Core I3) ou superior, com suporte a 32 e 64 bits. Utilização de sistemas operacionais de 64 bits e controlador de memória;			
	Deverá possuir no mínimo 4 (quatro) núcleos físicos de processamento e 8 threads;			
	Possuir instruções que implementem extensões de virtualização;			
	TDP (Thermal Design Power) máximo ou PBP (Processor Base Power) máximo: 35W;			
	Suporte AES (Advanced Encryption Standard) para criptografia de dados, ou superior;			
	O modelo do processador ofertado deverá ser compatível com os sistemas operacionais exigidos no Termo de Referência, estar em linha de produção pelo fabricante e ter sido lançado a partir de junho de 2020, inclusive. Não serão aceitos processadores descontinuados;			
	Deve possuir sistema de dissipação de calor dimensionado para a correta refrigeração do processador quando o computador estiver operando em sua capacidade máxima (utilização da CPU em 100%), pelo período de 8 (oito) horas diárias consecutivas e num ambiente externo ao equipamento sem refrigeração.			

2	REQUISITOS DA MEMÓRIA RAM			
	Possuir memória DDR4 SDRAM;			
	Deve possuir, no mínimo, 8 (oito) Gigabytes de memória RAM, DDR4 SDRAM ou tecnologia superior;			
	Caso estejam instalados dois módulos, estes devem operar em dual channel;			
	Velocidade de no mínimo 3.200 MHz ou superior.			
3	REQUISITOS DA PLACA MÃE			
	Deverá possuir, no mínimo, 6 (seis) portas USB, sendo ao menos 4 (três) na porta traseira do gabinete, das quais no mínimo 2 (duas) devem ser do tipo USB 3.2 ou superior, e ao menos 2 (duas) localizadas na parte frontal do gabinete, podendo ser uma do tipo USB-C. Não sendo aceitos hub externo;			
	Deverá possuir 1 (uma) interface de rede padrão Ethernet, compatível com Gigabit Ethernet 10/100/1000 Mbps, possibilitando o chaveamento de velocidade de 10Mbps/100Mbps/1000Mbps, sem a necessidade de software/hardware adicionais, com no mínimo, 1 (um) conector RJ-45, led indicador de status, suportando o modo de operação "Full Duplex", auto-sense, integrada à placa-mãe ou em uma placa instalada em conector (slot) PCI-E, possuindo WOL (wake on lan), totalmente compatível com os padrões Ethernet IEEE 802.2 e 802.3 e suporte ao protocolo SNMP;			
	Deverá possuir 1 (uma) interface de rede wireless padrão 802.11 AX b/g/n e ac, compatível com Wifi 6. Não serão aceitas soluções externas. Deverá ser entregue junto à proposta cópia do certificado de homologação pela Anatel;			
	Monitoração das velocidades dos coolers do processador e do sistema, das temperaturas do processador e da tensão utilizada pela fonte do computador;			
	Deverá possuir controladora de som estéreo, com conectores para mic in			

	e line out na parte frontal do gabinete, separados ou disponíveis em interface combinada, na função combo;			
	Deverá possuir chip de segurança TPM (Trusted Platform Module), versão 2.0 ou superior, integrado à placa principal. Deverá acompanhar software para implantação e utilização de todos os recursos de segurança;			
	Sistema de detecção de intrusão de chassis, com acionador instalado no gabinete que permita a detecção de abertura ainda que o equipamento esteja desconectado da fonte de energia;			
	Deve permitir que as memórias operem em dual channel;			
	Deverá possuir capacidade de expansão da memória de, no mínimo, 64 GB;			
	Deve permitir a inicialização (boot) do computador a partir de dispositivos de armazenamento (pen drive, disco externo) conectados a uma porta USB;			
	Suporte a gerenciamento de energia EnergyStar EPA, APM/ACPI BIOS v1.0 ou superior;			
	Suporte aos padrões de gerenciamento WMI (Windows Management Instrumentation);			
	Capacidade de inventário remoto de hardware de maneira in-band (com sistema operacional operante) ou out-of-band capturáveis por aplicação de inventário.			
4	REQUISITOS DA BIOS:			
	A BIOS deverá ser desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ou esse com direitos (copyright) sobre a BIOS. Serão aceitas soluções em regime de O&M ou personalizadas, desde que o fabricante possua direitos totais (copyright) sobre a BIOS. As atualizações, quando necessárias, deverão ser disponibilizadas no sítio do fabricante;			

BIOS deve estar em conformidade com a normativa NIST 800-193, para garantir a detecção, proteção e, se necessário, a recuperação da BIOS e/ou, estar em conformidade com a normativa NIST 800-147 ou ISO/IEC 19678, baseado nos padrões de mercado, de maneira a usar métodos de criptografia robusta para verificar a integridade da BIOS antes de passar o controle de execução à mesma;			
Deverá possuir controle de permissões de acesso através de senhas, sendo no mínimo uma para inicializar o computador e outra para os recursos de administração da BIOS (Power On e Setup respectivamente);			
Deverá ser em flash atualizável por software. Os aplicativos de software destinados à atualização e reprogramação do BIOS deverão estar devidamente licenciados para o equipamento e disponíveis para download no website do fabricante do equipamento;			
O BIOS deve ser compatível com os padrões <i>UEFI</i> , <i>ACPI 2.0</i> e <i>Plug-and-Play</i> ;			
Deverá possuir o número de série do equipamento na BIOS e um campo editável que permita a inserção do número de patrimônio do equipamento, com pelo menos 10 caracteres. A licitante deverá entregar a relação dos patrimônios com seu respectivo número de série bem como a fixação da etiqueta de patrimônio fornecida pelo TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ no gabinete do equipamento;			
Deverá possuir sistema de controle de intrusão, compatível com o sensor de intrusão do gabinete;			
Capacidade de desligamento do vídeo e do disco rígido após tempo determinado pelo usuário, e religamento por acionamento de teclado ou pela movimentação do mouse (função <i>suspend</i> , <i>sleep</i> ou <i>standby</i>);			

	Deve dispor de ferramenta de diagnóstico de saúde do hardware para, no mínimo, processador, memória, portas USB e HDD, com execução independente do sistema operacional. Esta ferramenta deve ser apresentada através de interface gráfica e manipulável utilizando teclado e mouse;			
	Deve possuir suporte à tecnologia de previsão/contingenciamento de falhas de disco rígido S.M.A.R.T (<i>Self-Monitoring, Analysis and Reporting Technology</i>). O suporte ao S.M.A.R.T deve estar, por padrão, habilitado no BIOS;			
	Deverá ser gerenciável remotamente, assumindo-se que possam estar desligados, porém energizados pela rede elétrica e conectados localmente a rede de dados;			
	Deverá permitir ligar e desligar o micro remotamente, com controle de acesso, em horários programados;			
	Deve permitir salvar as configurações da BIOS em um arquivo e carregá-las em outros equipamentos (de forma individual e de forma massiva) do mesmo modelo, estando este com senha configurada na BIOS ou não, facilitando assim a aplicação automatizada de configurações e políticas de segurança;			
	Deve ser entregue solução que seja capaz de apagar os dados contidos nas unidades de armazenamento como HDD, SSD e SSHD em conformidade com a NIST SP800-88, acessível pela BIOS;			
	Permitir iniciar o microcomputador a partir de uma imagem “.ISO” e/ou “.IMG” via dispositivos de armazenamento USB (pendrive).			
5	REQUISITOS DE ARMAZENAMENTO:			
	Unidade de armazenamento de estado sólido SSD (SolidState Drive) interna, com tecnologia NVMe;			
	Utilização de padrão NVMe com interface PCI express e taxa de no mínimo 2.000MB/s para leitura e			

	1.000MB/s para escrita, comprovado por documentação técnica ou declaração oficial;			
	Capacidade nominal de armazenamento em SSD (mínimo) de 256GB.			
6	REQUISITOS DE VÍDEO:			
	Suporte para utilização de no mínimo 3 (três) monitores simultaneamente, deverá possuir o recurso de utilização de imagem clone ou área de trabalho estendida;			
	Deverá suportar resolução de 1920 x 1080 pixels a 24 bits, simultaneamente em todas as saídas de vídeo, com suporte a Directx 12 e OpenGL 4,5, ou versões superiores;			
	Suporte a alocação e fornecimento de memória mínima de 1 GB;			
	Suporte mínimo de 16 milhões de cores;			
	Deverá possuir, no mínimo, 3 (três) conexões externas, sendo: 2 (duas) digitais do tipo HDMI e/ou Display Port e 1 (um) analógico do tipo VGA (DB15). Será aceito 1 (um) adaptador com saída HDMI/DP/VGA, desde que, permaneçam livres, pelo menos, 2 (conexões) HDMI e/ou Display Port. Deverão ser compatíveis com os conectores e cabos do monitor ofertado.			
7	REQUISITOS DE HOMOLOGAÇÃO DO EQUIPAMENTO:			
	Os equipamentos devem ser entregues com sistema operacional Windows 11 Professional 64 bits, em Português brasileiro, instalado e em pleno funcionamento, acompanhados de mídias (pendrive) de instalação e recuperação do sistema e de todos os seus drivers, além da documentação técnica em português necessária à instalação e operação do equipamento;			
	Deve ser fornecida uma licença por unidade de computador entregue, na modalidade OEM, com todos os recursos para garantir atualizações			

	de segurança do sistema operacional Windows 11, gratuitamente, durante todo o prazo de garantia estabelecido para o equipamento;			
	Deve ser fornecido software do próprio fabricante ou homologado pelo mesmo que possibilite apagar de forma definitiva e irrecuperável todos os dados armazenados no disco rígido;			
	Deverá ser permitido downgrade de versão do sistema operacional para Windows 10 Professional 64 bits, em Português brasileiro a qualquer tempo, devidamente licenciado sem ônus para o TRE-PR;			
	Para o modelo de microcomputador ofertado, deverá ser comprovada a compatibilidade com o sistema operacional Windows na sua versão 11 Professional 64 bits, mediante lista do Windows Catalog, mantida pela Microsoft, devidamente atualizado;			
	O modelo de microcomputador ofertado deverá ter compatibilidade com pelo menos uma distribuição Linux que permita a instalação de imagem, de servidor de imagem Linux, via rede;			
	Deverá possuir mídias (pendrive) com drivers de dispositivo das placas e componentes do equipamento para Windows 10 e 11 Professional 64 bits, com a respectiva documentação ou ter os drivers disponíveis para download na Internet;			
	Cada equipamento deverá ser configurado de modo a reconhecer os elementos de hardware que compõem o sistema;			
	Devem ser fornecidas mídias externas (pendrive), aqui definido como conjunto de mídias externas de instalação e configuração, contendo os drivers e o sistema operacional ou a imagem do disco rígido com o sistema operacional e drivers já instalados. Deverão ser fornecidos, no mínimo, 10 (dez) conjuntos de mídias externas de instalação e configuração;			

	O licitante deverá informar marca e modelo dos componentes utilizados na solução e apresentar prospecto com as características técnicas do equipamento, da placa mãe, processador, memória, interface de rede, fonte de alimentação, disco rígido, mouse, teclado e monitor, incluindo especificação de marca, modelo, e outros elementos que de forma inequívoca identifiquem e constatem as configurações cotadas, expansões e upgrades, comprovando-os através de certificados, manuais técnicos, folders e demais literaturas técnicas editadas pelos fabricantes. Serão aceitas cópias das especificações obtidas no site do fabricante na Internet juntamente com o endereço do site;			
	O licitante poderá apresentar sua chancela (<i>part number</i>) que identifica as marcas e modelos dos insumos, peças e partes que compõem a solução ofertada;			
	Comprovação de que o fabricante dos equipamentos ofertados possui banco de dados disponibilizado na Internet que permita obter a configuração de hardware e software ofertado, periféricos internos e drivers de instalação atualizados e disponíveis para download a partir do n.º de série dos mesmos;			
	Deve ser fornecido software do próprio fabricante ou homologado pelo mesmo que permita a instalação e atualização das últimas atualizações de todas as ferramentas e drivers disponíveis pelo fabricante do equipamento. Tal software também deve possuir funcionalidades de monitorar o sistema, realizar diagnósticos, emitir alertas e ajudar a reparar erros no sistema.			
8	REQUISITOS DO GABINETE:			
	O gabinete deve ser do tipo mini desktop (Ultra Small Form Factor), podendo ser utilizado na posição vertical ou horizontal, caso seja necessário uma base / adaptador			

	(ex: suportes/pés adaptadores) para uso em uma das posições (vertical ou horizontal), o mesmo deve ser fornecido;			
	Deverá possuir solução de acoplamento ao monitor, padrão VESA, visando a fixação do equipamento ao monitor (fixação no próprio monitor ou no pedestal), formando um conjunto único e compacto. A solução não poderá se utilizar de fresamento, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos ou emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o equipamento ou suas partes;			
	Possuir solução interna capaz de detectar a intrusão por abertura indevida do gabinete (<i>chassis intrusion detection</i>);			
	Deverá possuir acabamento interno com superfícies não cortantes;			
	O gabinete, deverá possuir cor predominantemente preta ou prata ou ainda uma combinação das mesmas;			
	Deverá possuir sistema de alerta primário, speaker (beep) interno, com capacidade de reproduzir os sons de alerta e alarmes gerados por problemas de inicialização, poderá o speaker (beep) estar integrado à placa mãe;			
	Possuir conectores frontais para headphone e microfone sendo aceita interface tipo combo;			
	Deverá possuir todos os cabos de energia elétrica;			
	Deverá possuir fonte de alimentação com comutação automática 100~240V, com tecnologia PFC (power Factor Correction) ativo, suficiente para suportar todos os dispositivos internos na Configuração máxima admitida pelo equipamento (placa principal, interfaces, discos rígidos, memória RAM e demais periféricos);			

	Deve possuir sistema de monitoramento de temperatura controlado pelo BIOS, adequado ao processador, fonte e demais componentes internos ao gabinete. O projeto do gabinete deve permitir que o fluxo de ar interno siga as recomendações do fabricante do processador usado no projeto;			
	O gabinete deverá possuir um conector de encaixe para inserção de trava de segurança, do tipo Kensington, sem adaptações;			
	Deve possuir botão de ligar/desligar o equipamento posicionado na parte frontal do gabinete;			
	Deve possuir indicadores luminosos (<i>leds</i>) de atividade da unidade de disco rígido e de computador ligado (<i>power on</i>);			
	Deve permitir a abertura do equipamento e a troca de componentes internos (disco rígido, memórias e placas de expansão) sem a utilização de ferramentas (<i>tool less</i>). O gabinete deve ter sido projetado para manutenções <i>tool less</i> , sendo que não serão aceitas adaptações em um gabinete que não era originalmente <i>tool less</i> ;			
	Deve possuir sistema de travamento com chave utilizando cadeado ou fechadura incorporada. Cada equipamento deve vir acompanhado de uma chave. As chaves devem possuir segredo único para cada lote, ou seja, uma chave de um lote deve abrir qualquer equipamento daquele lote. O sistema de travamento do gabinete não deve impedir ou afetar o posicionamento ou equilíbrio do gabinete quando utilizado na posição vertical ou horizontal.			
9	REQUISITOS DO TECLADO:			
	O teclado deverá seguir padrão ABNT-2, com 104 teclas (mínimo), com conector USB, sem uso de adaptadores. Deve permitir ajuste da inclinação;			
	O teclado poderá ser de fabricante diverso do equipamento desktop (CPU), fornecido em regime de			

	OEM, devendo existir impressa no teclado a logomarca da empresa fabricante do equipamento desktop;			
	Deverá possuir bloco numérico separado das demais teclas;			
	Deve possuir indicadores luminosos do tipo <i>led</i> para indicar a ativação e desativação das teclas CAPS LOCK, NUM LOCK e SCROLL LOCK;			
	A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado. Durante o período de garantia, teclados com a impressão desgastadas por uso deverão ser substituídos, sem custos para a contratante, observando os prazos previstos para a contratada realizar os atendimentos;			
	Deve possuir as teclas Windows logo (acesso ao menu iniciar) e aplicação (acesso ao menu de atalhos – equivalente ao botão direito do mouse);			
	Caso haja o fornecimento de teclas de desligamento, hibernação e espera, as mesmas devem estar dispostas na parte superior do teclado;			
10	REQUISITOS DO DISPOSITIVO APONTADOR (MOUSE)			
	Deverá ser de conformação ambidestra, com botões esquerdo, direito e central próprio para rolagem, com tecnologia óptica laser (sem esfera);			
	O mouse poderá ser de fabricante diverso do equipamento desktop (CPU), fornecido em regime de OEM, devendo existir impressa no mouse a logomarca da empresa fabricante do equipamento desktop;			
	Deverá possuir roda (<i>wheel</i>) para rolagem (<i>scroll</i>) de tela;			
	Deverá possuir resolução mínima de 1.000 dpi;			
	Deve possuir conector compatível com a interface USB disponível no equipamento desktop;			
	Deve ser com fio e não utilizar qualquer tipo de adaptador para ser conectado ao equipamento desktop			

	Deverá ser disponibilizado acompanhado de <i>mouse pad</i> com superfície adequada para utilização de mouse óptico.			
11	DOS REQUISITOS DE COMPATIBILIDADE			
	Deve possuir certificação de compatibilidade com a norma IEC 60950 ou norma equivalente, emitida por instituição acreditada pelo INMETRO ou por instituição equivalente;			
	Deve apresentar compatibilidade eletromagnética e de radiofrequência conforme a norma ISO/IEC 61000, comprovada através de certificado ou relatório de avaliação de conformidade emitido por órgão credenciado pelo INMETRO ou por instituição equivalente;			
	O equipamento ofertado deverá constar no <i>Microsoft Windows Catalog</i> . A comprovação de compatibilidade deverá ser feita pela apresentação do documento <i>Hardware Compatibility Test Report</i> emitido especificamente para a marca e modelo do equipamento;			
	Todos os dispositivos de hardware que compuserem o sistema, bem como seus drivers, deverão ser compatíveis com os sistemas operacionais Windows e Linux, na distribuição especificada;			
	Compatibilidade com o padrão Desktop Management Interface 2.0 (DMI 2.0) da Distributed Management Task Force (DMTF), comprovado através de documentação expedida pelo fabricante do equipamento;			
	O equipamento, quando ligado e em pleno funcionamento, deve produzir um nível de ruído não superior a 45 db(A), em conformidade com as normas ISO 9296 e ISO 7779 ou ABNT NBR 10152. O requisito deve ser comprovado através de certificado de conformidade emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO para o equipamento ofertado.			

12	DOS REQUISITOS AMBIENTAIS/SUSTENTABILIDADE:			
	Deve ser apresentada certificação emitida por instituição credenciada pelo INMETRO que comprove que nenhum dos equipamentos contém substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (<i>Restriction of Certain Hazardous Substances</i>), para efeito de avaliação das amostras e aceitação do produto. A comprovação deste requisito também pode ser feita pela apresentação de certificação EPEAT, desde que esta apresente explicitamente a informação de conformidade RoHS;			
	As unidades do equipamento deverão ser entregues devidamente acondicionadas em embalagens individuais adequadas, que utilizem preferencialmente materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e a armazenagem;			
	A contratada para o fornecimento dos equipamentos, na qualidade de fabricante, importador, distribuidor ou comerciante, deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte do lixo tecnológico originário da aquisição dos equipamentos, entendido como aqueles produtos ou componentes eletrônicos em desuso e sujeitos a disposição final, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme a lei 12.305/2010, artigo 33 caput, inciso VI e seus parágrafos;			
	O modelo do equipamento ofertado deverá deter uma das seguintes certificações: a) Certificação emitida por instituições públicas ou privadas credenciadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro, que ateste,			

	conforme instrução Normativa INMETRO nº 170/2012, a adequação em segurança para o usuário e instalações, compatibilidade eletromagnética e consumo de energia; b) Certificação Energy Star Partner List Results ou EPEAT (Electronic Product Environmental Assessment Tool) em qualquer nível, comprovada por meio de publicação no endereço eletrônico www.epeat.net			
REQUISITOS DE MONITOR				
	Deverá possuir tela 100% plana de LED ou superior de, no mínimo, 23", padrão widescreen (16:9) ou superior;			
	Deverá possuir, no mínimo, brilho de 250 cd/m2, contraste de 1000:1 típico, ângulo de visão de no mínimo 160º (horizontal e vertical);			
	Deverá suportar resolução de 1920 x 1080 pixels a 60Hz;			
	Deverá suportar, no mínimo, 16 milhões de cores;			
	Deverá possuir pelo menos 2 conectores digitais (HDMI e/ou Display Port ou superior) e 1 analógico (VGA);			
	O monitor deve possuir no mínimo 02 (duas) interfaces USB laterais ou traseira, de fácil acesso por parte dos usuários, uma vez que o equipamento ficará instalado na parte posterior do mesmo. Deverão ser fornecidos os cabos necessários para interconexão do monitor com o gabinete, para o adequado funcionamento das interfaces laterais;			
	Deve possuir fonte de alimentação interna ao monitor capaz de receber alimentação de fonte de corrente alternada com tensões de entrada de 100 a 240 VAC, 50-60 Hz, devendo fazer o ajuste automaticamente de acordo com a tensão de entrada;			

	Deverá possuir as mínimas funcionalidades para ajuste de tela (auto ajuste, esquerda/direita, menu e liga/desliga);			
	Deve possuir pedestal ou base para apoio sobre a mesa de trabalho que permita ajustes de altura, inclinação e orientação da tela. Estas regulagens devem ser características nativas do monitor, sendo que não serão admitidas modificações através de adaptadores, fresagens, usinagens em geral, furações, empregos de adesivos ou quaisquer outros procedimentos ou emprego de materiais que visem adaptar o monitor fornecido para atender aos requisitos de regulagem de altura, inclinação e orientação. O ajuste de orientação deve permitir a rotação da tela em 90º para funcionar na orientação “retrato”;			
	Deverão ser fornecidos os acessórios: cabo de alimentação compatível com o padrão NBR-14136, cabo VGA (mínimo de 1,5 m), Cabo Display Port e/ou HDMI (mínimo de 1,5 m). Todos os cabos devem ser compatíveis com a placa de vídeo do equipamento. Será aceita solução de conexão de vídeo através de conectores;			
	Deve possuir controles digitais de brilho, contraste, posicionamento horizontal e vertical. Os controles poderão ser do tipo OSD (On Screen Display) desde que seja apresentado em português;			
	Deve possuir tempo de resposta máximo de 8 ms;			
	Deve possuir certificação de segurança de acordo com a norma IEC 60950 ou norma equivalente emitida por instituição credenciada pelo INMETRO ou órgão internacional equivalente;			
	Deve apresentar compatibilidade eletromagnética e de radiofrequência de acordo com a norma IEC 61000 ou equivalente. A compatibilidade deve ser comprovada através de certificado			

	ou relatório de avaliação de conformidade emitido por órgão credenciado pelo INMETRO ou órgão internacional equivalente;			
	Deve ter tratamento antireflexivo. Não será aceita a solução anti-glare (brilhante ou polida) ou adesivos antireflexivos;			
	A garantia do monitor deve ser a mesma do equipamento desktop, devendo ser ratificada na proposta comercial. A prestação das garantias dos monitores de vídeo nos mesmos prazos estipulados para o equipamento desktop é condição de aprovação das amostras e da adjudicação;			
	Monitor do mesmo fabricante do microcomputador ofertado, sendo aceito em regime OEM com a logomarca do fabricante do equipamento desktop, cuja garantia, deve ter o mesmo tempo da garantia do desktop e deve ser de responsabilidade, integral, do fornecedor.			
id	Características de Garantia Opcional	Documentação apresentada (preenchimento obrigatório se fornecida)	Página (preenchimento obrigatório se fornecida)	Atendimento do Item (preenchimento pela equipe técnica TRE)
REQUISITOS DA GARANTIA				
	O licitante, caso aplicável, deverá descrever em sua proposta os termos da garantia adicional oferecida pelo fabricante.			

Anexo IV

PLANILHA DE ATRIBUTOS DOS BENS – ESTAÇÃO DE TRABALHO

Os bens entregues à Comissão de Recebimento de Bens de Consumo e Permanentes do TRE/PR e/ou Comissão Técnica a ser instituída pela Secretaria de Tecnologia da Informação, para análise, deverão vir acompanhados deste Anexo, corretamente preenchido pelo fornecedor, conforme indicado abaixo.

Estação de trabalho (desktop)	
Fabricante	
Fornecedor	
Marca	
Modelo	
MAC Adress	
Número de Série	
Número de Patrimônio	
Fonte de alimentação (110/220/bivolt)	
Teclado (conexão)	
Mouse (conexão)	
Processador	
Clock do processador (GHz)	
Quantidade de núcleos	
Portas de comunicação (serial/paralela)	
Quantidade Portas USB Frontais	
Quantidade Portas USB Traseiras	
Tecnologia USB Frontais	
Tecnologia USB Traseiras	
Slots disponíveis para conexão (PCI / PCIE)	
Quantidade de slots de memória	
Slots de memória em uso	
Tecnologia da memória (DDR/DDR2/DDR3)	
Quantidade de memória instalada (GB)	
Frequência barramento de memória (MHz)	
Capacidade máxima de memória (GB)	
Capacidade HDD (GB)	
Interface HDD	
Modelo placa de vídeo	
Quantidade memória da Placa de vídeo (MB)	
Conexões de Vídeo	
Unidade de leitura/armazenamento	

Leitor de Cartão de Memória	
Conexão Wireless	
FAX/Modem (sim/não)	
Cor predominante	
Peso (kg)	

Anexo V

PLANILHA DE ATRIBUTOS DOS BENS – MONITOR

Os bens entregues à Comissão de Recebimento de Bens de Consumo e Permanentes do TRE/PR e/ou Comissão Técnica a ser instituída pela Secretaria de Tecnologia da Informação, para análise, deverão vir acompanhados deste Anexo, corretamente preenchido pelo fornecedor, conforme indicado abaixo.

Estação de trabalho (monitor)	
Fabricante	
Fornecedor	
Marca	
Modelo	
Número de Série	
Número de Patrimônio	
Fonte de alimentação (110/220/bivolt)	
Período de Garantia	
Tecnologia da Tela	
Tamanho da Tela (polegadas)	
Contraste	
Tempo de Resposta (ms)	
Brilho (cd/m ²)	
Resolução Máxima (dpi)	
Rotação 90°	
Som	
Suporte de Cores (Milhões)	
Conector de Entrada (dvi, vga, hdmi, etc)	
Padrão VESA	
Regulagem de altura	
Cor predominante	
Peso (kg)	



CONTRATO Nº
...../2022

PAD nº 17163/2021

ANEXO VI

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE FORNECIMENTO E
GARANTIA que entre si fazem o
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO
PARANÁ e a empresa
.....

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666 de 21.06.93 e legislações pertinentes, e em conformidade com o Pregão Eletrônico nº./20...., sob a forma de Registro de Preços, e a proposta de preços, protocolada neste Tribunal sob o nº. 17163/2021(PAD principal), regularmente autorizada pelo ordenador de despesas, de um lado o:

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, inscrito no **CNPJ sob nº. 03.985.113/0001-81**, com sede na Rua João Parolin, nº. 224, Prado Velho, Curitiba/PR, CEP: 80.220-902, telefone: (41) 3330-8500, regularmente autorizado pelo ordenador de despesa, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado CONTRATANTE, e do outro lado a empresa:

....., inscrita no **CNPJ sob nº**
....., com sede em Cidade/UF, na Rua, nº., bairro
....., CEP:, telefone: (...), e-mail:
neste ato representada por, portador do CPF/MF nº.
....., doravante denominada CONTRATADA; têm entre si justo e acertado
o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem por objeto o **fornecimento e a garantia de estações de trabalho - Desktop, marca:, modelo:**, para atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral, conforme especificações descritas no Termo de referência anexo a este Contrato.

1.2 - A Contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições do edital de Licitação, que, independentemente de transcrição, fazem

parte integrante e complementar deste instrumento.

1.3 - De acordo com o art. 55 da Lei nº 8.666/93, o regime de fornecimento deste objeto será realizado por preço unitário.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.1 - Dos quantitativos: *(Adequar conforme o item contratado)*

2.2 - Os Requisitos Técnicos Mínimos e demais condições estão discriminados no ANEXO I - Termo de Referência.

2.3 - Do local da prestação da garantia técnica: Sede e Cartórios do Interior do Paraná.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

3.1 - A entrega do objeto ocorrerá conforme prazo estipulado no item 6.7 do Termo de Referência - Anexo I.

3.2 - O recebimento do objeto ocorrerá conforme item 7 do Termo de Referência - Anexo I.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 - As obrigações da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência - ANEXO - I, que é parte integrante deste contrato.

4.2 - A CONTRATADA deverá manter-se durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação até o adimplemento total da contratação.

CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente contrato vigorará pelo período de **50 (cinquenta) meses**, a partir da data da assinatura, de .../...../..... a .../.../....., podendo ser rescindido antecipadamente a critério do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

6.1 - Os recursos serão destinados à contratação conforme abaixo:

Programa de Trabalho;
Nota de Empenho:, emitida em/..../.....;
Elemento de despesa:;
Categoria Econômica:;
Código do SIASG:

CLÁUSULA SÉTIMA: DA GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

7.1 - A fiscalização e a gestão serão realizadas por servidores devidamente designados pela Administração, em consonância com o artigo 67, parágrafos 1.º e 2.º: da Lei nº 8.666/93.

7.2 - O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato estão previsto no termo de referência - Anexo-01

7.2.1 - A existência desse acompanhamento não exime a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer da execução contratual.

CLÁUSULA OITAVA: DO PAGAMENTO

8.1 - O valor total a ser pago à CONTRATADA, pelo cumprimento do objeto deste contrato será de **R\$..... (.....)**, conforme a seguir especificado:

(Adequar conforme o item contratado)

Item	Quant	Descrição	Preço Unitário	Preço Total

8.1.1 - O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA estará sujeito à retenção na fonte, de todo e qualquer tributo e contribuições sociais que incidirem sobre o objeto, de acordo com os normativos legais aplicáveis ao objeto da contratação.

8.2 - Do documento fiscal:

8.2.1 - O documento fiscal deverá atender os requisitos abaixo, podendo ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato do TRE/PR (telefone (041) 3330-8303 Davi Marta da Silva , no horário compreendido entre as 12h e 19h) por e-mail: sgem@tre-pr.jus.br, em formato PDF ou emitido na forma física devendo ser encaminhado a Seção de Protocolo, localizada na Rua João Parolin, 224, 1º andar, Curitiba/Paraná.

8.2.1.1 - O CNPJ cadastrado no sistema comprasnet/documentos de habilitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão da nota fiscal/fatura para posterior pagamento.

8.2.1.2 - Caso a CONTRATADA não possa emitir a nota fiscal/fatura com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo através da eventual matriz ou filial da mesma empresa CONTRATADA. Nesse caso, ambos os CNPJs (CONTRATADA e eventual matriz ou filial utilizada) deverão estar com a documentação fiscal regular e atender obrigatoriamente os seguintes requisitos:

- CNPJ da CONTRATADA
- CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- Data de emissão da nota fiscal;
- Descritivo dos valores unitários e totais,
- Número do contrato
- Banco

- Agência
- Número da conta corrente (obrigatoriamente da própria CONTRATADA)

8.3 - Das condições do pagamento:

8.3.1 - O pagamento somente ocorrerá depois de atestado pelo gestor do contrato designado para esta finalidade, à conformidade dos serviços prestados. O atestado será realizado, obedecendo o prazo e formulário específico, conforme dispositivos legais deste TRE/PR.

8.3.2 - O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da CONTRATADA no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

8.3.2.1 - Prazo para atestado da Nota fiscal: **até 05 (cinco) dias úteis** a partir do aceite da nota fiscal pelo gestor, a qual deverá ser enviada pela empresa somente após cumpridas todas as exigências contratuais.

8.3.2.1.1 - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

8.3.2.2 - Prazo para pagamento da Nota Fiscal: até 20 (vinte) dias após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor.

8.3.2.2.1 - Se o valor da nota fiscal for de até R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), o prazo para pagamento será de 05 (cinco) dias úteis após o atestado realizado pelo fiscal da contratação, conforme o disposto no art. 5º, § 3º da Lei nº 8.666/93.

8.3.3 - Será considerado como data do pagamento, o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.3.4 - O gestor da contratação do TRE/PR procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item 7.2.1.2.

8.3.4.1 - Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRE/PR.

8.3.5 - O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste contrato.

8.3.6 - Na ocorrência de eventual atraso de pagamento e, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, serão devidos encargos moratórios pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal do interessado, que serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

8.4 - Da regularidade fiscal:

8.4.1 - Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

8.4.1.1 - A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

8.4.1.1.1 - Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste contrato.

8.4.2 - A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;

b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;

c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

8.4.2.1 - O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

CLÁUSULA NONA: DO REAJUSTE

9.1 - Os preços não serão reajustáveis, tendo em vista tratar-se de contrato de fornecimento e garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das seguintes sanções, de acordo com o capítulo IV, art. 87 da Lei nº 8.666/93 e artigo 7º da Lei nº 10.520/2002:

a) Advertência: para faltas leves, não puníveis com multa;

b) Multas:

b.1) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, pelo inadimplemento parcial;

b.2) Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, pelo inadimplemento total, bem como pela cessação da execução contratual;

b.3) Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato pelo não cumprimento de obrigações acessórias previstas no contrato;

c) Impedimento de licitar e contratar com a União, conforme previsto no art.7º da Lei nº 10.520/2002, bem como o descredenciamento do SICAF, ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme a gravidade do inadimplemento da obrigação e prejuízos ocasionados, quando a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

10.2 - A contratada, ao descumprir os prazos previstos para realizar atendimentos, solucionar chamados, entregar o objeto, substituir os componentes defeituosos, entregar relatórios e prestar garantia, estará sujeita às seguintes sanções:

Ação	Descrição	Medidas Corretivas
Deixar de cumprir os prazos previstos para atendimento, conforme previsto nos itens 4.4, 4.5 e 4.11.1 do termo de referência, por ocorrência	02 (dois) dias úteis de atraso	Advertência
	Superior a 02 (dois) dias úteis de atraso	Multa de 0,05% sobre o valor contratual por dia de atraso
	Superior a 30 (trinta) dias corridos de atraso	Declaração de inadimplemento parcial do contrato - 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato
Deixar de cumprir o prazo previsto para entrega dos equipamentos, conforme item 6.7 do termo de referência	02 (dois) dias úteis de atraso	Advertência
	Superior a 02 (dois) dias úteis de atraso	Multa de 0,5% sobre o valor da parcela não cumprida por dia de atraso
	Superior a 30 (trinta) dias corridos de atraso	Declaração de inadimplemento total do contrato - 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato
Deixar de cumprir o prazo previsto para substituir equipamentos defeituosos ou irregulares conforme previsto nos itens 4.17, 7.2.3 e 7.3.2 do termo de referência, por ocorrência	02 (dois) dias úteis de atraso	Advertência
	Superior a 02 (dois) dias úteis de atraso	Multa de 0,1% sobre o valor contratual por dia de atraso
	Superior a 30 (trinta) dias corridos de atraso	Declaração de inadimplemento parcial do contrato - 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato
Deixar de entregar os laudos de atendimentos e os	02 (dois) dias úteis de atraso	Advertência

relatórios, conforme previsto nos itens 4.12, 4.12.1 e 4.13 do termo de referência, por ocorrência	Superior a 02 (dois) dias úteis de atraso	Multa de 0,02% sobre o valor contratual por dia de atraso
	Superior a 30 (trinta) dias corridos de atraso	Declaração de inadimplemento parcial do contrato - 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato
Deixar de prestar as informações solicitadas pelos gestores do contrato, conforme previsto no item 4.15 do termo de referência.	02 (dois) dias úteis de atraso	Advertência
	Superior a 02 (dois) dias úteis de atraso	Multa de 0,03% sobre o valor contratual por dia de atraso
	Superior a 30 (trinta) dias corridos de atraso	Declaração de inadimplemento parcial do contrato - 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato

10.3 - As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar, previstas nas alíneas “a” e “c” do item 10.1, poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, com a pena de multa.

10.4 - No caso de aplicação de multa determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa à CONTRATADA, esta deverá recolher à União o valor imputado por meio de GRU.

10.5 - As multas imputadas à CONTRATADA cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda (atual ministério da Economia)¹ e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária.

10.6 - É garantido à contratada o direito de contestação das sanções aplicadas, bem como apresentar as justificativas que se fizerem necessárias. Entretanto, as multas e outras penalidades somente poderão ser relevadas, pelo Contratante, nos casos de força maior, desde que devidamente comprovados por escrito e para os quais não tenha dado causa a contratada

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO DO CONTRATO

11.1 - Ficará o presente contrato rescindido, a juízo da Administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos casos elencados nos artigos de 77 a 80, da Lei nº 8.666/93.

11.2 - Poderá também causa de rescisão se a CONTRATADA alocar funcionários, para o desempenho dos serviços, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, contrariando o artigo 3º da Resolução nº 07, de 18/10/2005, com redação dada pela Resolução nº 09, de 06/12/2005, ambas do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS OMISSOS

¹ Portaria n.º 75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 – artigo 1.º, inciso I.

12.1 - Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99, no Código de Defesa do Consumidor e demais normas e princípios gerais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO

13.1 - Fica eleito o foro de Curitiba/PR, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa vir a ser, para dirimir as divergências oriundas do presente contrato.

13.2 - E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente contrato, em formato digital², para um só efeito legal.

Curitiba, de de 2022

.....
Representante Legal
P/ CONTRATADA

Dr. Valcir Mombach
Diretor-Geral – TRE/PR
P/ CONTRATANTE

*Incluir os anexos

² Excepcionalmente será aceito outro formato.